

PROTECÇÃO SOCIAL E POUPANÇA EM 10 EDIÇÕES DO *DESAFIOS*: QUE TIPO DE PROTECÇÃO SOCIAL PODE MOÇAMBIQUE DESENVOLVER?¹

Moisés S. Siúta

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de pesquisa sobre a protecção social moçambicana, o Grupo de Investigação Pobreza e Protecção Social (GdI-PPS) do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) deparou-se com a seguinte questão: que tipo de protecção social poderá Moçambique desenvolver sem poupança interna e profundamente dependente da poupança externa? Esta é a questão principal que este artigo pretende discutir. A discussão é feita em dois sentidos: mostrar a importância da pesquisa dentro da qual a pergunta surgiu e mostrar a relevância da relação que a mesma estabelece entre a poupança e a protecção social.

No primeiro sentido, a relevância da pesquisa é demonstrada na abordagem das limitações e deficiências do sistema e formas de protecção social vigentes em Moçambique, destacando-se os elementos que podem contribuir para melhorar o sistema de protecção social moçambicano, abordados dentro do trabalho de pesquisa do IESE. As nove edições anteriores do livro *Desafios para Moçambique*² partilham grande parte dos resultados da pesquisa sobre a protecção social moçambicana realizada no IESE, com destaque particular para os 12 artigos da autoria do coordenador do GdI-PPS, Professor António Francisco, contando com a contribuição de outros investigadores permanentes do IESE, associados e convidados. Em geral, os resultados da pesquisa apontam como principal deficiência do sistema de protecção social em Moçambique a sua incapacidade de fornecer protecção digna aos cidadãos, que se socorrem das suas diversas formas (*e.g.*: demográfica ou financeira) e mecanismos de funcionamento (*e.g.*: familiar, comunitário, financeiro público e privado). Esta deficiência associa-se a duas limitações principais: i) limitações de natureza política, isto é, as políticas actuais que regulam o sistema de protecção social são ineficientes e ineficazes para alcançar o objectivo de fornecer protecção digna à maioria dos moçambicanos (*e.g.*: Francisco 2010, 2011, 2012, 2013 e Francisco & Sughara, 2012); ii) limitações de natureza

¹ Agradeço os comentários do Professor António Francisco às primeiras versões deste artigo e reconheço que o erros remanescentes são exclusivamente da minha responsabilidade.

² Daqui em diante, designo-o por *Desafios*.

financeira: a protecção social moçambicana é financeiramente inviável e insustentável, visto que os seus alicerces financeiros – com particular destaque para o rendimento e a poupança (veja-se Francisco *et al.*, 2011; 2016; 2018 e Francisco & Siúta, 2014a, 2015b) – e demográficos e a estrutura etária da população (veja-se Francisco, 2011, 2017) em que o sistema de protecção social se baseia são de subsistência e têm uma base económica muito frágil.

No segundo sentido, a importância da pergunta principal do artigo é fundamentada teórica e empiricamente por meio da identificação das relações existentes entre a protecção social e a poupança e da forma como essas relações se manifestam no caso particular em Moçambique. Por exemplo, o artigo discute o quadro teórico de análise do papel da poupança no crescimento e desenvolvimento económico (figura 1) e a forma como este influencia e determina o tipo, as formas e a qualidade da protecção social que Moçambique pode oferecer aos seus cidadãos. Além do quadro teórico, recorrendo a dados empíricos dos países do mundo inteiro, busca-se enquadrar a economia e o sistema de protecção social moçambicano e estabelecer a relação entre o tipo, as formas e a qualidade da protecção social com o nível de poupança, crescimento e desenvolvimento económico.

Sem querer alongar esta introdução, vale a pena mencionar alguns aspectos que sustentam e justificam a pergunta que este artigo se propõe discutir. Em primeiro lugar, porque é que o sistema formal actual não fornece protecção social digna, ou seja, capaz de prover protecção ou de libertar os cidadãos que dele dependem de situações de risco quer de natureza financeira (*e.g.*: carência alimentar e profissional) quer de outra natureza (*e.g.*: agressão, privação e ameaça à segurança física e psicológica) (Francisco *et al.*, 2011, p. 292)? A principal razão reside no facto de o sistema formal de protecção social moçambicano consistir essencialmente na redistribuição de rendimento, como prova a definição oficial que consta da Lei n.º 04/2007, aprovada pela Assembleia da República (AR), em que protecção social é um «sistema dotado de meios aptos à satisfação de necessidades sociais, obedecendo à repartição dos rendimentos no quadro da solidariedade entre os membros da sociedade» (AR, 2007). Um sistema assim definido, num país de poucos recursos, não pode fornecer uma protecção social digna porque é impossível repartir o que não existe. Deste modo, se, em termos de nível de rendimento, Moçambique se encontra entre os países mais subdesenvolvidos no mundo, não se pode esperar que mecanismos de repartição de rendimento de protecção social forneçam uma qualidade de vida aceitável, como os políticos deixam transparecer; tão pouco deixa de ser ilusória a ideia de que a protecção social servirá para atenuar «situações de pobreza absoluta das populações» como sugerem os objectivos da referida Lei n.º 04/2007.

Alguns dados elucidam a precariedade do sistema formal de protecção social em Moçambique. Por exemplo, segundo o Boletim de Estatísticas do Trabalho (MTESS, 2015), em 2015 havia cerca de 1,4 milhões de inscritos no sistema de segurança social, gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Destes, apenas 484 mil pagavam as suas contribuições

ao INSS, que, no mesmo ano, gastou cerca de 2,8 mil milhões de meticais em prestações de diversos fins como pensões (de velhice, sobrevivência e invalidez), abonos e subsídios (para internamento, funeral, doença, etc.). Assim, pode-se deduzir que o rácio entre o valor gasto e o número de possíveis beneficiários foi de cerca de 2 mil meticais em 2015. Este valor corresponde a uma média anual de apenas 50 dólares norte-americanos ou 10 % do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 2015, que, de acordo com os dados da Penn World Table 9.1 (ou PWT 9.1) (Feenstra, Inklaar & Timmer, 2019), foi de 497 dólares, considerando uma taxa de câmbio anual média de 40 meticais/dólares.³ Com este PIB *per capita* Moçambique é o sexto país mais pobre do mundo, numa lista de 182 países e territórios abrangidos pela PWT. A lista é encabeçada pelo Burundi com 250 dólares e terminada pelas Bermudas com 155 mil dólares. Se um padrão de vida *per capita* de cerca de 500 dólares por ano é demasiado baixo quando comparado com outros países desenvolvidos (*e.g.*: Estados Unidos da América com 58 mil dólares e Noruega com 66 mil dólares), é impossível negar a falta de dignidade da protecção social prestada por um sistema que, num ano, só pode oferecer até 50 dólares *per capita* aos seus beneficiários.

Em segundo lugar, qual é a relevância de estudar a poupança, definida como parte do rendimento não consumida (Keynes, 1936a, p. 58), no contexto da pesquisa sobre a protecção social, como o IESE tem feito e conforme testemunham diversos artigos publicados nas nove edições do *Desafios*? Como defendem Francisco e o autor deste artigo no *Desafios 2014*, a protecção social não é algo isolado do resto da economia. Nas suas múltiplas formas (*e.g.*: mecanismos familiares e comunitários, poupança individual ou familiar, seguros privados, sistemas públicos de assistência e segurança social), a protecção social relaciona-se e depende da dinâmica do crescimento económico, que, por sua vez, depende de variáveis económicas, tais como o consumo, o investimento e a própria poupança (Francisco & Siúta, 2014a, p. 314). Cientes desta relação e da debilidade do sistema de protecção social vigente em Moçambique, os membros do GdI-PPS iniciaram a investigação das variáveis mais importantes entre os alicerces financeiros da protecção social, com foco na poupança.

Os resultados da pesquisa demonstram os obstáculos que a poupança, como variável económica importante, representa para Moçambique tanto no desenvolvimento económico, em geral, como na protecção social, em particular. A principal constatação revelada e demonstrada desde o *Desafios 2014* é de que Moçambique é um país sem poupança interna (medida pela diferença entre o PIB e o consumo em Moçambique) e que a sua estratégia de crescimento económico consiste na substituição da poupança interna pela poupança externa (recursos que outros países transferem para Moçambique, *e.g.*: investimento estrangeiro, empréstimos e donativos). Evitando sobrecarregar este capítulo de introdução, uma abordagem breve

³ O salário médio dos trabalhadores activos no INSS em 2015 foi de 14 366 meticais. Portanto, o valor de 2 mil meticais corresponde a 14 % do salário (cerca de 359 dólares à taxa de câmbio de 40 meticais por dólares).

com resultados relevantes da pesquisa sobre a poupança em Moçambique é apresentada no capítulo a seguir, porém, os detalhes e a discussão dos mesmos podem ser encontrados nos artigos dos *Desafios* 2014, 2015 e 2016 (Francisco & Siúta, 2014a, 2015b; Francisco *et al.*, 2016). Os três artigos partilham resultados da pesquisa dos investigadores do GdI-PPS no IESE sobre a poupança moçambicana. Entrementes, é importante referir que a pesquisa do IESE também inspirou outros produtos além dos artigos para o livro *Desafios*. São exemplos desses produtos os trabalhos de fim de curso de licenciatura e mestrado do autor deste artigo (Siúta, 2014, 2018) e outras publicações que contam com a sua participação e colaboração, particularmente, os publicados no Boletim Ideias (Francisco & Siúta, 2014b, 2014c, 2015a, 2016, 2017).

O objectivo geral deste artigo é discutir a protecção social em Moçambique, num contexto de crescimento e desenvolvimento económico dependente da poupança externa e sem poupança interna. Diz-se sem poupança interna pois, embora este artigo mostre mais adiante que a poupança interna tem tendência a consolidar-se, por ter mantido uma média positiva nos últimos 16 anos (2001-2017), o seu contributo continua menos expressivo do que o da poupança externa (veja-se o segundo e o quarto capítulos).

Este artigo insere-se na décima edição do *Desafios* e, por isso, o seu primeiro objectivo específico é apresentar a discussão da protecção social e da poupança moçambicana no contexto dos resultados da pesquisa sobre os dois temas partilhados nas anteriores nove edições do livro *Desafios*. O segundo objectivo é discutir a relevância da pesquisa que tem sido desenvolvida no IESE e da questão principal deste artigo, que chama a atenção para o papel da poupança na economia moçambicana e em particular no sistema de protecção social; o terceiro objectivo é apresentar a relação teórica e empírica entre a protecção social (na suas diversas formas, tipos e sistemas) e a poupança nos países do mundo, comparando-os com Moçambique; quarto, fornecer uma visão geral e actualizada da poupança em Moçambique, recorrendo a uma nova série de dados mais longa, 1960-2017, do que a série usada nas edições anteriores do *Desafios*; quinto, complementar as abordagens anteriores da poupança com a discussão dos desafios da dependência da poupança externa e da fragilidade da poupança interna para o crescimento e desenvolvimento da economia moçambicana; o último e sexto objectivo específico é, no quadro geral dos outros objectivos específicos mencionados, identificar o tipo de protecção social que se pode sugerir que Moçambique adopte.

Quanto à metodologia, este artigo combina a abordagem teórica e a empírica. O conjunto do debate teórico e da literatura adoptada, tanto sobre a protecção social como sobre a poupança, é o que foi partilhado nas edições do *Desafios* que precedem esta edição. A discussão das diversas abordagens sobre protecção social e poupança nos *Desafios* é apresentada neste livro por Francisco (2019). Neste artigo, ao invés de entrar em detalhes e debates teóricos profundos, privilegia-se a abordagem empírica, recorrendo-se a diversas fontes secundárias,

com particular destaque para a Penn World Table versão 7.1 (PWT 7.1) (Heston, Summers & Aten, 2012) – usada desde o *Desafios 2014* – e a versão mais recente PWT 9.1 (Feenstra *et al.*, 2019). Esta base de dados apresenta informação sobre as contas nacionais de 182 países /territórios, cobrindo a maioria dos anos entre 1950 a 2017; no caso de Moçambique a série de dados cobre o período 1960-2017. Uma breve explicação sobre a transição para a nova versão da PWT é dada no segundo capítulo. Para complementar os dados da PWT e sustentar a análise que é feita ao longo do texto, recorre-se a outras bases e relatórios de dados nacionais e internacionais, como, por exemplo: i) do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2014, 2019), com dados sobre população e estatísticas de indicadores sociais; ii) do Banco Mundial (World Bank, 2019), com dados sobre indicadores sociais e de desenvolvimento de mais de 200 economias e (iii) OECD Statistics (OCDE, 2012), que apresenta dados sobre os fundos de pensões dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Este artigo organiza-se em cinco capítulos, incluindo a presente Introdução. O capítulo a seguir discute a relevância da pesquisa e a pergunta principal de investigação que inspiram este artigo, fornecendo também um breve panorama da poupança em Moçambique recorrendo às edições anteriores do *Desafios*; o terceiro apresenta a relação entre a protecção social e a poupança entre os países mundiais e compara essa relação com as diversas formas de protecção social em Moçambique; o quarto capítulo aborda os desafios da dependência da poupança externa particularmente para o crescimento, desenvolvimento económico e protecção social em Moçambique; o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais, começando por responder à pergunta inicial deste artigo, sobre o tipo de protecção social que Moçambique deve procurar adoptar, no contexto actual de desenvolvimento, e procurando discutir as questões (empíricas, teóricas e conceptuais) relevantes sobre a poupança em Moçambique.

JUSTIFICA-SE DISCUTIR PROTECÇÃO SOCIAL E POUPANÇA? PORQUÊ E PARA QUÊ?

Questionar o tipo de protecção social que Moçambique poderá desenvolver com o tipo de poupança que tem e que garante o crescimento económico pode suscitar dos leitores duas perguntas: 1) do ponto de vista da pesquisa, qual é a razão e o objectivo da pesquisa do IESE sobre protecção social em Moçambique? 2) Qual é a importância de estudar a protecção social e ao mesmo tempo a poupança?

IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO DA PESQUISA DO IESE

A resposta à primeira pergunta é complexa, tendo em conta a dinâmica, os objectivos e a pluralidade de interesses e o perfil dos investigadores do próprio IESE. Porém, mais importantes ainda do que aspectos intimamente ligados ao próprio instituto são as dinâmicas e o contexto de Moçambique, cuja protecção social, poupança, crescimento e desenvolvimento social e económico têm sido objecto de estudo.

Relativamente ao primeiro ponto, sobre as dinâmicas dentro e fora do IESE, o artigo de Francisco (2019), disponível neste livro, faz uma abordagem e reflexão mais ampla do que este trabalho. Por exemplo, reflecte sobre as diferentes abordagens da protecção social no contexto do pluralismo do IESE; apresenta uma reflexão sobre diferentes fases, processos e situações de concórdia e conflito que contribuíram para o desenvolvimento das diferentes linhas de pesquisa no IESE; aborda o ambiente social, político e económico moçambicano, desde o tempo colonial até aos dias de hoje, explicando as diferentes visões (*e.g.*: sobre papel do Estado, a defesa de maior ou menor intervencionismo) e a postura adoptada em relação ao contributo e à importância da pesquisa feita quer pelo IESE quer por outros (*e.g.*: associação de estudantes, governos e seus parceiros).

No segundo ponto, sobre a dinâmica da sociedade e da economia moçambicana, durante a primeira conferência do IESE, apresentaram-se as razões e o contexto que justificaram as opções de pesquisa nos diversos assuntos abordados por investigadores do IESE nas 10 edições do *Desafios* (incluindo esta edição). Entre estes temas inclui-se o da protecção social, ao qual, mais tarde, se associou o da poupança. Castel-Branco, na Introdução dos três livros (Brito, Castel-Branco, Chichava & Francisco, 2010a, 2010c, 2010b) que partilham as comunicações da primeira conferência do IESE, Padrões de Acumulação Económica e Dinâmicas da Pobreza em Moçambique, apresentou como principal razão para a pesquisa do IESE no contexto moçambicano as preocupações em lidar com o problema da pobreza em Moçambique, apresentando as diferentes perspectivas da sua análise (*e.g.*: o discurso oficial do Governo que vê a pobreza como um factor associado aos níveis de crescimento económico e à mentalidade miserabilista da população; o discurso dos parceiros do Governo centrado no crescimento e distribuição de riqueza) e contribuindo para o debate de soluções, com vista a promover o desenvolvimento económico, social e político de Moçambique.

A pesquisa do IESE é importante porque contribui para a identificação, análise e debate de soluções de problemas que afectam a sociedade moçambicana, recorrendo às diversas abordagens que se desenvolveram (e continuam a desenvolver-se) no IESE, e oferece uma visão alternativa e isenta de interesses conflitantes. Como defende Francisco (2019), uma das maiores conquistas do IESE foi a criação de um ambiente pluralista, cujos resultados da pesquisa são desprovidos de deturpações, censuras de natureza ideológica, política ou quaisquer outras de natureza obscura não confessadas.

Deste modo, a pesquisa sobre protecção social e poupança surge inserida no quadro de pesquisa mais geral do IESE, que, além de contribuir para o debate sobre temas relevantes, pretende fornecer resultados de pesquisa que podem contribuir para a melhoria da qualidade de protecção social e, por essa via, avançar no processo de desenvolvimento de Moçambique. Os livros *Desafios* contemplam exemplos de como as publicações no âmbito da pesquisa do IESE apresentam matéria relevante que permite entender o contexto, a trajetória e a importância da protecção social e poupança em Moçambique. Por exemplo, as quatro secções (Política, Economia, Sociedade e Moçambique no Mundo) dos primeiros cinco livros abordaram mais de 30 temas, entre os quais se conta o tema da protecção social. Alguns dos temas são: i) na secção de Política: eleições, descentralização, democracia, conflitos políticos; ii) na secção de Economia: crises económicas, endividamento público, despesa pública, política monetária, investimentos; iii) na secção de Sociedade: habitação, educação, emprego, protecção social, poupança, justiça. A tabela 1 sistematiza estes temas em 14 grupos e indica o número de artigos publicados em cada um (veja-se o Anexo 1 com as referências dos autores em cada grupo). Todos estes temas fornecem elementos que sustentam a necessidade da pesquisa em si e os resultados sobre protecção social que têm sido partilhados nos *Desafios*. Para ilustrar:

- a) Na secção de Política, os temas eleições, descentralização e conflitos mostram como as deficiências do sistema político em Moçambique contribuem negativamente para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento de um sistema de protecção social formal mais abrangente. Em geral os artigos abordam os conflitos eleitorais e políticos que destroem recursos e impedem que o crescimento económico beneficie a maioria dos moçambicanos (mantendo os elevados níveis de pobreza no País), enquanto as deficiências na implementação de políticas públicas associadas a interesses no seio do poder político deturpam a distribuição e alocação de recursos na economia (Brito, 2012, 2014). Por conseguinte, a pesquisa na secção de política, nos *Desafios*, permite responder a uma pergunta importante sobre protecção social: que tipo de protecção social se desenvolve num contexto marcado por conflitos políticos de natureza ideológica ou de luta pela manutenção do poder? Além disso, a pesquisa permite também identificar e caracterizar o tipo de poupança que se promove e desenvolve no contexto político actual.
- b) Na secção de Economia, o debate sobre as políticas e a trajetória da economia moçambicana mostra como o endividamento público, a alocação da despesa pública e o tipo de investimentos implementados em Moçambique contribuem para a protecção social. A pesquisa sobre protecção social permite mostrar como a opção, por exemplo, de garantir o crescimento recorrendo principalmente ao investimento estrangeiro (Massingue & Muianga, 2013) e ao endividamento público (Amarcy, 2012) influencia a qualidade de vida da população que o sistema de protecção social visa beneficiar.

Ao mesmo tempo, a pesquisa realizada mostra a natureza e o tipo de poupança que se desenvolve no contexto de políticas económicas que privilegiam o investimento estrangeiro e o endividamento público. Como mostra este artigo (no capítulo a seguir), a poupança interna moçambicana é negativa e a qualidade de vida que o sistema de protecção social oferece aos cidadãos é baixa.

- c) A parte de Sociedade também tem contributos relevantes. Por exemplo, ajuda a responder a questões como: i) num contexto em que a maioria dos moçambicanos vive na pobreza e sem protecção social digna, qual tem sido o contributo das Organizações da Sociedade Civil moçambicanas? Quais são os desafios e interesses que estas organizações enfrentam para poderem contribuir por causas mais abrangentes (Francisco, 2010)? ii) Se uma protecção social digna depende de uma sociedade informada e educada, quais são os desafios e o contributo do sistema nacional de educação na formação do cidadão desde a sua infância (Buendia, 2010)? iii) Sobre a demografia, quais têm sido os desafios e contributos da estrutura demográfica em Moçambique para o sistema de protecção social (Francisco, 2011; Francisco & Sugahara, 2012)?
- d) A última parte do *Desafios*, Moçambique no Mundo, contribui analisando como, no contexto internacional, a integração e cooperação entre Moçambique e outros países molda o processo de desenvolvimento económico, social e político, do qual depende a protecção social moçambicana. Para ilustrar este ponto, a secção aborda a forma como as relações entre Moçambique e a China influenciam o desenvolvimento do País, fortalecendo o poder político e definindo padrões de investimento com implicações na economia e na sociedade (e.g.: os empréstimos da China ao Governo moçambicano; o investimento da China na agricultura) (Chichava, 2010, 2012).

TABELA 1: PRINCIPAIS TEMAS NOS PRIMEIROS CINCO LIVROS DO *DESAFIOS*, 2010-2014
(NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS)

SECÇÕES DO DESAFIOS	TEMAS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL DE ARTIGOS
Política	Eleições	1	1	-	1	-	3
	Descentralização	1	2	1	-	-	4
	Sociedade civil	1	-	-	-	-	1
	Democracia e conflitos políticos	-	1	-	-	3	4
	Governança e política pública, e imprensa	2	-	3	1	1	7
Economia	Crises e desenvolvimento económico (2010); receitas, despesas e endividamento público, sector financeiro (2011)	2	4	-	-	-	6
	Política económica, política fiscal e monetária)	-	1	6	1	-	8
	Economia extractiva, investimentos, grupos de poupança e crédito	-	-	1	3	2	6
	Terra, agricultura, emprego, transportes	2	-	1	4	3	10

Cont.»

»Cont.

Sociedade	Justiça, reformas públicas e democracia	1	-	-	1	1	3
	Habituação, educação, emprego, saúde pública	4	1	2	1	1	9
	Protecção social, poupança e intervencionismo estatal	-	2	2	1	2	7
Moçambique no Mundo	Integração regional e mundial	1	1	1	-	2	5
	Cooperação com outros países, ajuda externa	1	2	1	2	-	6
Total de artigos		-	16	15	18	15	79

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos livros *Desafios* 2010 a 2014.

IMPORTÂNCIA DE UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Esta secção pretende responder à seguinte pergunta: qual é a importância de estudar a protecção social e ao mesmo tempo a poupança? No âmbito da pesquisa do IESE, a importância da protecção parece ser consensual, como mostra a Introdução de Castel-Branco nos três livros que surgiram da primeira conferência (Brito *et al.*, 2010a, 2010c, 2010b). Contudo, a importância da poupança é menos consensual. A sua relevância é questionada não só por algumas abordagens da economia existentes no IESE e que se reflectem nos *Desafios*, como também por algumas correntes de pensamento económico, como, por exemplo, a teoria keynesiana, que considera a poupança apenas um resíduo do rendimento (Keynes, 1936a, p. 36), e a teoria marxista, na qual a acumulação de excedentes é vista com maus olhos, ao ser considerada expropriação da mais-valia dos trabalhadores (P. Pereira, 2013, p. 49).

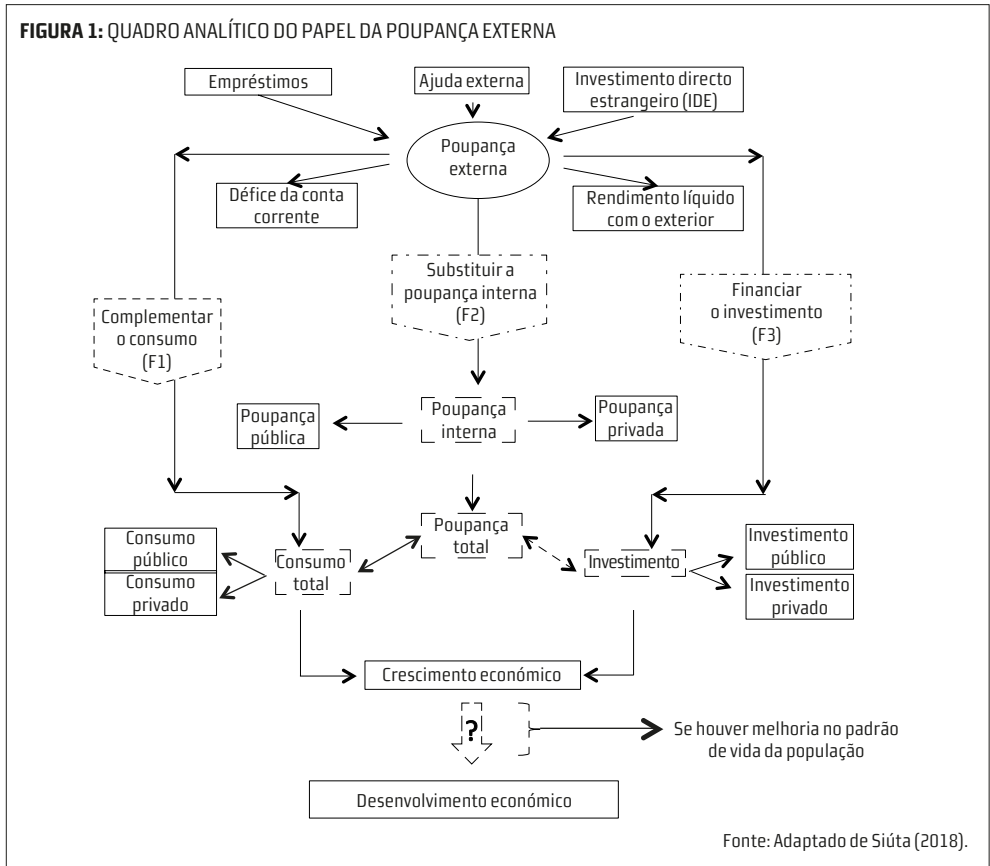
Embora a importância da poupança seja questionada, o quadro de análise usado para a protecção social moçambicana pelo GdI-PPS nos *Desafios* 2010-2019 mostra que a poupança e a protecção social possuem uma ligação extremamente importante. Como mencionado na secção anterior, a protecção social não está isolada do resto da economia e depende não só da poupança, como também de outras variáveis económicas e sociais (*e.g.*: investimento, consumo, crescimento económico, estabilidade política, estrutura etária da população). Além disso, mais importante do que a sua relação com todas as outras variáveis é o nível de desenvolvimento económico dos países, que, como mostra este artigo, possui influência significativa na qualidade de protecção social de que os seus cidadãos podem usufruir. Sobre a qualidade de protecção social, as edições passadas do *Desafios* destacam a diferença existente entre a protecção social moçambicana e a dos países desenvolvidos. Por exemplo, Francisco & Sugahara (2012, pp. 312-318), ao abordar a questão dos idosos, afirmam que este grupo etário (65 e mais anos) tende a ser maior (em relação ao resto da população do país) nos países desenvolvidos do que nos países pobres; e ao mesmo tempo, gozam de melhor padrão de vida, podendo deixar de trabalhar mais cedo do que a população idosa nos países pobres. Em contraste, cerca de 80 % dos idosos nos países subdesenvolvidos continuam a trabalhar até quase à sua morte, enquanto nos países desenvolvidos o número de idosos a trabalhar é inferior a 10 %.

A figura 1 apresenta o quadro analítico do papel da poupança externa em Moçambique usado na tese de licenciatura do autor deste artigo (Siúta, 2014) e no *Desafios* 2015 (Francisco & Siúta, 2015b).

O quadro mostra que a poupança se encontra no centro do processo de crescimento e desenvolvimento económico. Portanto, se esta joga um papel importante no crescimento económico do qual depende o desenvolvimento do sistema de protecção social formal, então não se pode negar que a poupança relevante na existência de relação entre a qualidade da protecção social que um país pode oferecer aos seus cidadãos e o tipo e dimensão da poupança que o país possui. Por exemplo, o sistema de protecção social formal vigente em Moçambique baseia-se em duas fontes de financiamento, que são: primeiro, o rendimento dos cidadãos que contribuem para a segurança social; segundo, os impostos que o Estado moçambicano arrecada para custear os benefícios sociais que dá aos idosos e às famílias carenciadas (INSS, 2017; MEF, 2017; MTESS, 2015). Tanto os rendimentos dos cidadãos como os impostos que estes podem pagar dependem do nível de crescimento e do tamanho da economia do País, pelo que, em economias mais desenvolvidas, a capacidade dos cidadãos de contribuir monetariamente para a protecção social formal é maior do que nos países pobres. A relação entre a poupança e a protecção social manifesta-se em dois sentidos: 1) a poupança contribui para o crescimento económico, fornecendo recursos para o investimento e para o consumo; 2) a protecção social contribui para a poupança à medida que os cidadãos reservam parte do rendimento que geram durante a idade activa para se prevenirem para situações de risco associadas ao ciclo da vida humana, como é o caso da velhice e da invalidez. O capítulo a seguir discute a relação existente entre a protecção social e a poupança de outros países do ponto de vista teórico e empírico, comparando-a com a de Moçambique. Entretanto, termina-se o presente capítulo com a apresentação de um resumo da abordagem feita nos *Desafios* à relação entre a protecção social e a poupança em Moçambique.

Visto que o quadro de análise da poupança se baseia no diagrama da figura 1, vale a pena relembrar ou mesmo esclarecer alguns conceitos sobre as variáveis nele apresentadas. A figura sistematiza a relação entre as variáveis consumo, poupança, investimento e crescimento económico. Dá particular destaque ao papel e às múltiplas funções da poupança externa, que é definida como a poupança de outros países mobilizada para Moçambique de diferentes formas, como o endividamento público, a ajuda externa e o investimento directo estrangeiro. O pressuposto básico é o de que o crescimento económico é uma das pré-condições para o desenvolvimento económico. Como mostra a secção seguinte, a poupança interna é inexistente na maioria dos anos estudados (1960-2000) e é baixa no período posterior. Dada a fragilidade da poupança interna, a poupança externa possui quatro funções principais: 1) substituir a poupança interna nos casos em que esta devia existir por motivos de precaução, como acontece na protecção social – as pessoas poupam para se prevenirem de riscos no futuro (*e.g.*: problemas da velhice, da morte do chefe de família, invalidez, etc.); 2) complementar o consumo. A poupança externa financia despesas de consumo nos casos em que a capacidade produtiva do país é inferior às necessidades de consumo. O caso mais evidente é o da assistência social

FIGURA 1: QUADRO ANALÍTICO DO PAPEL DA POUPANÇA EXTERNA



prestada pelo Governo moçambicano. Mesmo com um Orçamento deficitário em mais de 40 %, recorre a donativos e empréstimos externos para financiar despesas sociais, entre as quais está a assistência social (0,5 % do PIB em 2016) (MEF, 2017); 3) financiar o investimento. Uma vez que a poupança interna não existe em quantidade suficiente para financiar o investimento, a ponto de garantir o crescimento económico, Moçambique recorre à poupança de outros países. Alguns exemplos, abordados nos *Desafios* são o investimento chinês e brasileiro na agricultura (Chichava, 2012; Chichava *et al.*, 2013); 4) promover o crescimento económico. Esta é uma função mais abrangente da poupança externa, que reconhece o seu contributo para a economia moçambicana, num período de mais de meio século em que a poupança interna não existia em valores positivos ou numa dimensão suficiente para garantir o crescimento económico (isto é discutido já a seguir).

POUPANÇA MOÇAMBICANA NOS DESAFIOS

O *Desafios 2014* (Francisco & Siúta, 2014a) destaca e analisa o significado do nascimento da poupança doméstica (ou interna) em Moçambique e enquadra o tema e o papel da poupança

na literatura moçambicana e mundial. Em resumo, quanto à trajectória, a poupança interna moçambicana em valores positivos surge no último quinquénio do século passado, entre 1995 e 1998 (segundo diferentes fontes mencionadas no artigo), mas a sua média no período de meio século, 1960-2010, é negativa: -14 % do PIB. A poupança interna positiva surge associada, particularmente, à redução do consumo privado em relação ao produto interno entre 1984 e 2010, comparativamente ao período anterior, 1960-1983. A média geral do consumo foi de 114 % do PIB.

Quanto ao significado do nascimento e da trajectória da poupança moçambicana, o artigo questiona a relevância da poupança interna no processo de crescimento e desenvolvimento de Moçambique, pois a revisão da literatura demonstra que, na maioria dos países do mundo, incluindo alguns países subdesenvolvidos, o investimento e o crescimento económico contam com a participação da poupança interna. Isto veio a ser demonstrado na tese de licenciatura do autor deste texto (Siúta, 2014) e no *Desafios 2015* (Francisco & Siúta, 2015b), em que, recorrendo à exploração da base de dados da PWT 7.1, se demonstrou que, de um conjunto de 189 países, apenas 10 possuíam uma trajectória de poupança interna similar à de Moçambique, com poupança interna negativa por muitos anos. A tabela 2 mostra que, de um conjunto de 10 países, incluindo Moçambique, quatro deles (Lesoto, Ruanda, Estados Federados da Micronésia e Reino de Tonga) não apresentaram poupança interna positiva no período de meio século compreendido entre 1960 e 2010.

TABELA 2: TRAJECTÓRIA DE POUPANÇA INTERNA COMPARAÇÃO COM MOÇAMBIQUE, 1960-2010

País	Período com dados disponíveis	Investimento médio (em % PIB)	Poupança Interna média (em % PIB)	Poupança externa média (em % PIB)	Anos consecutivos SEM poupança interna positiva
Moçambique	1960-2010	13%	-14%	27%	38
Jordânia	1960-2010	39%	-13%	53%	31
Lesoto	1960-2010	29%	-57%	86%	51
Ilhas Marshal	1970-2010	51%	-18%	69%	31
Micronésia	1970-2010	35%	-19%	54%	41
Ruanda	1960-2010	10%	-30%	40%	51
São Tomé e Príncipe	1970-2010	14%	-10%	24%	33
Serra Leoa	1961-2009	8%	-20%	28%	45
Tonga	1970-2010	26%	-25%	50%	41
Uganda	1960-2010	11%	-3%	14%	33

Fonte: PWT 7.1, Francisco & Siúta 2015 (2015b, pp. 336, 342) e (Siúta, 2014, pp. 23, 24).

O *Desafios 2015* (Francisco & Siúta, 2015b) discute o crescimento económico em Moçambique num contexto sem poupança interna, partindo dos resultados sobre a trajectória da poupança, do consumo, do investimento e do crescimento económico em Moçambique partilhados no *Desafios 2014* e na tese de licenciatura já mencionada. A principal constatação é que o crescimento económico de Moçambique está ancorado na poupança externa e que esta desempenha,

além deste, mais três papéis: i) servir de substituto da poupança interna, ii) complementar o rendimento para o consumo, por financiar despesas de consumo acima da capacidade produtiva do país (medida pelo PIB) e iii) financiar o investimento.

Em relação ao primeiro papel, de promoção do crescimento económico, mostra-se que no período 1960-1986 a poupança externa não gerou crescimento económico significativo, comparativamente ao período 1987-2010. Para ilustrar este ponto, no primeiro período, enquanto a poupança externa duplicava, de cerca de 18 % do PIB (em 1960) para quase 40 % (em 1986), o ritmo de crescimento do PIB *per capita* crescia a uma taxa média de -0,1 % ao ano e o PIB em volume em torno de 2 %. Em contraste, entre 1987 e 2010, a poupança externa diminuiu para uma média anual de 24 % do PIB, seis pontos inferior à do período 1960-1986. Contudo, o PIB *per capita* passou a crescer positivamente uma média de 4 % ao ano, enquanto o PIB em volume crescia a 7 %. Aqui é preciso destacar que, com a poupança interna negativa em mais de metade do período 1960-2010, a poupança externa tornou-se o substituto da interna e a principal fonte de recursos para o investimento, que nos 51 anos rondou, em média, 13 % do PIB por ano.

O *Desafios 2016*, ao discutir o plano quinquenal do Governo moçambicano, aborda o recurso à poupança externa como estratégia de crescimento e desenvolvimento económico em Moçambique. O artigo coloca três questões principais que vale a pena citar: «1) a estratégia de crescimento económico do Governo do Presidente Filipe Nyusi é igual ou diferente das estratégias dos governos anteriores? 2) Quais [são] as implicações duma estratégia de crescimento sem poupança interna? 3) Quais [são] as implicações de uma estratégia de crescimento com poupança externa para o Orçamento do Estado e para o recurso ao crédito interno?» (Francisco *et al.*, 2016, p. 274). Resumidamente, o artigo responde a estas questões, mostrando que a estratégia de crescimento económico no Governo do Presidente Nyusi não é diferente da estratégia dos governos anteriores, porque as opções de financiamento do crescimento e desenvolvimento continuam ancoradas na poupança externa. As implicações do crescimento económico com poupança externa vão desde elevados níveis de endividamento, défice comercial, distorções nos preços de bens e serviços e distorções da taxa de câmbios à perpetuação da pobreza, pois o crescimento ancorado na poupança externa tende a não abranger a maior parte da população. Os problemas do crescimento com poupança externa são agravados por práticas orçamentais que maximizam a dependência do crescimento da poupança externa. Os exemplos mais expressivos dessas práticas são: a) a desorçamentação e a acumulação de saldos de caixa (71,2 milhões de meticais em 2015) resultantes da não aplicação de saldos transitados do ano anterior, para o ano seguinte; b) o mau uso do crédito interno; c) empréstimos ocultos sem finalidade produtiva (Francisco & Semedo, 2016; veja-se Francisco *et al.*, 2016, pp. 300-317). Nesta edição de 2019 do *Desafios*, com base na pesquisa para a tese de mestrado do autor deste artigo (Siúta, 2018), complementa-se a análise feita nos *Desafios* anteriores com a abordagem dos desafios da dependência da poupança externa para o crescimento e desenvolvimento económico.

Este assunto é abordado no quarto capítulo deste artigo. O subcapítulo a seguir dá atenção a um aspecto particular – a actualização da série de dados sobre poupança, investimento, consumo e crescimento económico que vem sendo usada desde o *Desafios 2014*: de PWT 7.1 para PWT 9.1.

BREVE DESCRIÇÃO DA POUPANÇA: TRANSIÇÃO PARA UMA NOVA BASE DE DADOS

Os resultados sobre poupança em Moçambique, resumidos na secção anterior e partilhados nos *Desafios 2014* e posteriores são baseados principalmente na exploração da PWT 7.1. Entretanto, nos últimos sete anos, desde a publicação da PWT 7.1 a 3 de Novembro de 2012, foram publicadas quatro novas versões da PWT: i) PWT8.0, de 2 de Julho de 2013, com dados dos países entre 1950 e 2011 (Feenstra, Inklaar & Timmer, 2013); ii) PWT 8.1, de 13 de Abril de 2015, cobrindo o mesmo período que a PWT 8.0 (Feenstra, Inklaar & Timmer, 2015a); iii) PWT 9.0, actualizada em 2017 com dados até 2014 (Feenstra, Inklaar & Timmer, 2017) e, recentemente, a PWT 9.1, publicada em Abril de 2019, com uma série de dados mais longa: 1950-2017 (Feenstra *et al.*, 2019).

Nesta edição do *Desafios* aproveita-se a oportunidade para fazer a transição da base de dados para a versão PWT 9.1 e actualizar a série de dados para o ano mais recente agora disponível, ou seja, 2017 (tabela 3).

TABELA 3: INVESTIMENTO, POUPANÇA INTERNA, POUPANÇA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MOÇAMBIQUE 1960-2017. COMPARAÇÃO PWT 7.1 E 9.1

PERÍODO	INVESTIMENTO (EM % PIB)		POUPANÇA INTERNA (EM % PIB)		POUPANÇA EXTERNA (EM % PIB)		CRESCIMENTO DO PIB	
	PWT 7.1	PWT 9.1	PWT 7.1	PWT 9.1	PWT 7.1	PWT 9.1	PWT 7.1	PWT 9.1
Fonte de dados	PWT 7.1	PWT 9.1	PWT 7.1	PWT 9.1	PWT 7.1	PWT 9.1	PWT 7.1	PWT 9.1
1960-1970	8 %	6 %	-14 %	-17 %	22 %	23 %	3 %	4 %
1970-1980	12 %	10 %	-21 %	-28 %	34 %	38 %	3 %	2 %
1980-1990	11 %	9 %	-26 %	-28 %	37 %	36 %	0 %	2 %
1990-2000	18 %	11 %	-10 %	-12 %	28 %	23 %	5 %	5 %
2000-2010	17 %	15 %	2 %	3 %	15 %	13 %	8 %	8 %
2010-2017	-	40 %	-	13 %	-	27 %	-	8 %
Média	13 %	15 %	-14 %	-12 %	27 %	27 %	4 %	5 %

Fonte: PWT 7.1 e PWT 9.1.

Que novidade traz a nova base de dados para o quadro de análise sobre a poupança em Moçambique? Os dados na tabela 3 mostram que as principais constatações sobre a poupança moçambicana nos *Desafios* anteriores se mantêm. Contudo, a partir de 2000, temos uma diferença importante. Enquanto a PWT 7.1 cobre apenas uma década, 2000-2010, a PWT 9.1 permite analisar quase duas décadas, 2000-2010 e 2010-2017, fornecendo dados para mais sete anos comparativamente à 7.1. A PWT 9.1 fornece uma novidade que era impossível verificar na PWT 7.1: o aumento da poupança interna e da poupança externa. A poupança interna aumentou de 3 % do PIB na década 2000-2010, para 13 % no período 2010-2017. O significado

deste aumento não vai ser discutido neste artigo, porém, a evolução da poupança externa de 13 % (entre 2000 e 2010) para 27 % (em 2010-2017) confirma que o conteúdo do título deste artigo, isto é, o crescimento e desenvolvimento económico, assim como a protecção social em Moçambique, está profundamente dependente da poupança externa.

As diferenças numéricas, para os mesmos anos, entre os dados da PWT 7.1 e 9.1 podem ser explicadas pela mudança de ano base. Enquanto a PWT 7.1 tem o 2005 como ano base de referência para a interpolação e extrapolação de dados, a PWT 9.1 usa o ano de 2011 (Feenstra, Inklaar & Timmer, 2015b; Heston, Summers & Aten, 2008; Heston *et al.*, 2012).

PROTECÇÃO SOCIAL E POUPANÇA INTERNA: QUE RELAÇÃO EXISTE?

RELAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

A relação entre a protecção social e a poupança (diferença entre o consumo e o rendimento) não é linear e depende de vários factores, como o nível de rendimento da economia, a estrutura etária da população, o regime demográfico (antigo ou moderno) e o modelo, sistema ou formas de protecção existentes num país.

Em geral, como indica Pais (2010, pp. 04-12), a protecção social nos países ao redor do mundo apresenta-se sob duas formas, nomeadamente a) assistência social e b) segurança social.

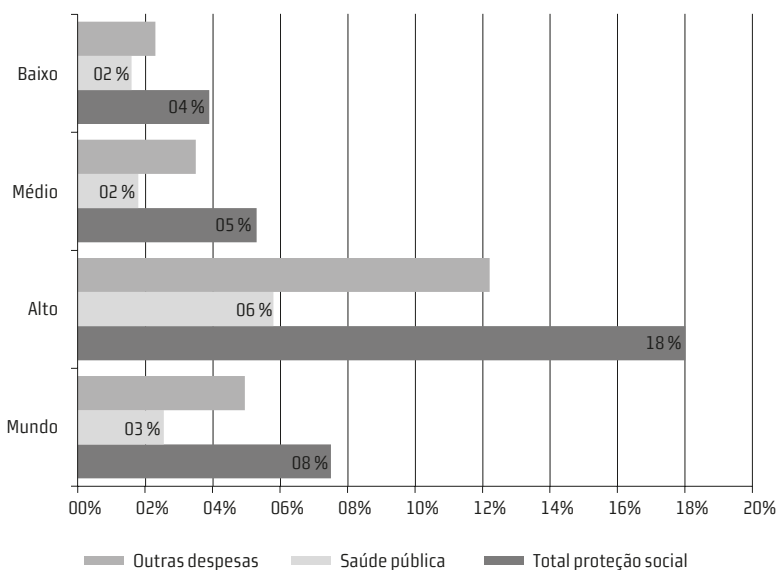
Na assistência social, em geral, não se exige uma contrapartida financeira aos beneficiários e, nos casos em que se exige, não existe uma relação directa entre os benefícios sociais e financeiros que um indivíduo recebe da sociedade e a sua possível contribuição financeira. Por exemplo, constituem formas de assistência social as prestações ou transferências de rendimento feitas pelo Governo de um determinado país para a sua população, visando garantir um rendimento mínimo como é o caso dos idosos, das crianças órfãs e dos desempregados. Na maioria dos casos, estas transferências são feitas sem exigir que os idosos e as crianças tenham contribuído financeiramente para o sistema de protecção social. A principal fonte de financiamento para a assistência social são os impostos de rendimento e de capital gerados pela população activa. Na segurança social os indivíduos são obrigados a contribuir financeiramente para a sua protecção social. Esta forma de protecção social baseia-se no princípio de que os indivíduos devem pagar pelos benefícios que esperam receber da sociedade quando for necessário, seja em caso de invalidez, doença, velhice ou outras situações.

A poupança, assumindo as duas formas em que a protecção social se apresenta, tem um carácter duplo: 1) detractor e 2) promotor da poupança dos países.

Primeiro, como detractora, a protecção social contribui negativamente para a poupança, principalmente quando a maior parte da população de um país depende da assistência social. Nestes casos, para a protecção social dos indivíduos, os recursos financeiros e materiais

são tirados de uma menor parte da sociedade considerada capaz de gerar rendimento para satisfazer as suas necessidades de consumo e ainda poupar recursos (ou riqueza), que são transferidos para uma maioria da população, parte da sociedade considerada desfavorecida ou chamada beneficiária. Esta forma de protecção social é essencialmente antipoupança e comum em países pobres, pois, se, por um lado, a poupança existente é destruída ao ser canalizada para as camadas pobres e sem capacidade de poupar, por outro, a possibilidade de a poupança surgir é reduzida ao colectar-se forçosa ou voluntariamente recursos para satisfazer as necessidades de consumo duma parte da sociedade que não gerou ou não tem capacidade de gerar rendimento próprio, a fim de financiar as suas próprias necessidades de consumo. Os dados existentes testemunham a relação entre a poupança e protecção social, quando a literatura aborda as diferenças na protecção social entre países ricos e pobres. Por exemplo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2011, pp. 35-38), no ano de 2000, os países do mundo gastaram, em média, cerca de 7,5 % do seu PIB na protecção social (assistência e segurança social). Como ilustram a figura 2 e a tabela 4, os países pobres com baixos níveis de rendimento e de poupança apresentam o nível de gasto mais baixo na protecção social, cerca de 4 % do PIB. Por outro lado, os países ricos e de rendimento médio com taxas de poupança relativamente elevadas apresentam níveis de gasto na protecção social superiores, cerca de 18 % e 5,3 % do PIB, respectivamente.

FIGURA 2: GASTO NA PROTECÇÃO SOCIAL NO MUNDO (EM % DO PIB) POR GRUPO DE RENDIMENTO (BAIXO, MÉDIO E ALTO) EM 2000



Fonte: ILO (2011).

* Outras despesas - pensões para idosos, deficientes, subsídio de desemprego, etc.

O estudo da OIT (ILO, 2011, *op cit.*) não apresenta dados de poupança dos países, especificamente da poupança interna, que resulta da diferença entre o PIB e o consumo de cada país. Para complementar os dados da OIT com foco na poupança, o autor deste texto recorreu à base de dados PWT 9.1 usada neste artigo e cujas versões anteriores foram usadas nas edições passadas do livro *Desafios* que abordam a questão da poupança.

No ano de 2000, em média, cada um dos 180 países com dados de poupança disponíveis gastou em consumo cerca de 79 % do PIB e poupou 21 %. A média do PIB *per capita* foi de quase 13,5 mil dólares internacionais. No ordenamento dos países pelo PIB *per capita*, do menor ao maior, os primeiros cinco países mais pobres em 2000 foram: República Democrática do Congo, Etiópia, Burundi, Moçambique e Níger. A média do rendimento *per capita* é de 598⁴ dólares internacionais e a taxa de poupança é de 3 % do PIB. O nível de pobreza nesses países está entre os 61 % (Etiópia) e 94 % (R. D. Congo) de acordo com os dados de pobreza para o ano mais próximo de 2000 – de um intervalo compreendido entre 1995 e 2012 – disponíveis no World Bank Development Indicator (WDI) (World Bank, 2019) ou, em caso contrário, noutras fontes indicadas na tabela 4.

Tendo em conta as duas formas que a protecção social assume, nomeadamente, segurança e assistência social, não há dúvidas de que a forma mais predominante nos países pobres é a assistência social. Deste modo, deixa de ser surpreendente que a poupança interna dos países pobres seja baixa. Embora a protecção social não seja o único determinante das baixas taxas de poupança, ela também joga um papel negativo importante para a poupança no geral. Mathers & Slater (2014) indicam que o contributo negativo da assistência social para a poupança está relacionado com o custo que ela representa no Orçamento do Estado, ao aumentar a despesa pública, cujo financiamento é feito através de impostos, que representam uma diminuição do rendimento disponível das famílias e das empresas (as que tenham capacidade de rendimento que poderia ser poupado ou investido). Nos países pobres, o contributo negativo da assistência social para a poupança é agravado ainda mais pelo endividamento a que os países recorrem para se financiarem, entre várias outras despesas sociais, geralmente sem retorno financeiro imediato, mas com altos custos associados ao serviço da dívida. Este é o caso de Moçambique, que é discutido no quarto capítulo deste artigo (figuras 13 e 16).

Segundo, como promotora da poupança, a protecção social constitui-se sob a forma de segurança social em que os indivíduos beneficiários são obrigados a contribuir financeiramente. A segurança social possui dois regimes mais comuns, segundo Filho e Pessoa (2008, pp. 1-7) e Pais (Pais, 2010, pp. 13-16): o de repartição social e o de capitalização. No primeiro, a população em idade activa trabalha e contribui para pagar os benefícios sociais da população não activa, particularmente, idosos e outras pessoas que no passado contribuíram financeiramente para

⁴ Cem vezes inferior aos dos países ricos, com 61 mil dólares internacionais de rendimento *per capita* médio.

o sistema (*e.g.*: os que deixam de trabalhar por ter contraído deficiência antes da idade de se aposentar). Por outras palavras, as gerações mais jovens financiam os benefícios sociais das gerações mais velhas. No segundo regime, o de capitalização, não existe benefício social propriamente dito. As pessoas são obrigadas a trabalhar, gerar rendimento e poupar o seu rendimento num regime de capitalização (que administre juros) para a sua velhice ou para situações que, no futuro, impossibilitem a pessoa de gerar rendimento (*e.g.*: invalidez por motivo de doença crónica ou deficiência, etc.).

TABELA 4: POUPANÇA NOS PAÍSES POR ORDEM DO PIB PER CAPITA (BAIXO, MÉDIO E ALTO) EM 2000

RENDIMENTO PER CAPITA	PAÍS	POUPANÇA INTERNA (% DO PIB)	PIB PER CAPITA	ORDEM PELO PIB PER CAPITA (ANO 2000)	ÍNDICE DE POBREZA (1,9 \$ POR DIA) ENTRE 1995-2012
Baixo	República Dem. Congo	4 %	511	1	94 %
	Etiópia	4 %	514	2	61 %
	Burundi	2 %	626	3	84 %
	Moçambique	0 %	651	4	81 %
	Níger	7 %	690	5	75 %
	Média	3 %	598	-	-
Médio	Venezuela	43 %	7102	88	12 % *
	São Vicente e Granadinas	18 %	7195	89	38 %
	Montenegro	4 %	7222	90	0 %
	Suazilândia	2 %	7264	91	48 %
	Líbano	-28 %	7297	92	32 % *
	Tailândia	32 %	7354	93	3 %
	Média	13 %	12842	-	-
Alto	Estados Unidos da América	23 %	46461	175	1 %
	Qatar	74 %	48942	176	0 % *
	Brunei Darussalam	62 %	51543	177	5 % *
	Ilhas Caimão	16 %	65552	178	2 % *
	Luxemburgo	46 %	68056	179	0 %
	Emirados Árabes Unidos	54 %	90498	180	20 % *
	Média	43 %	61842	-	-

Fonte: PWT 9.1, WDI 2019, Martínez (2014), World Bank (2000), Al-Khalaqi *et al.* (2011), Begawan (2015), PAHO (2012) e CIA World Fact Book (2019).

* Dados extraídos de outras fontes diferentes do WDI 2019 e a linha de pobreza depende do critério de cada país (nos países de rendimento alto, é superior a 1,9 \$ por dia).

A relação entre os dois regimes de segurança social e a poupança dos países é analisada na literatura em vários textos, quer de modo teórico, com recurso a modelos económicos, quer empírico, recorrendo a dados estatísticos disponíveis. Por exemplo, Ferreira & Pessoa (2005) analisaram a relação entre a poupança e a segurança social com recurso a um modelo económico para um ciclo de vida finito numa situação de aumento da esperança de vida e mudanças na educação e na reforma. Concluíram que, com o aumento da esperança de vida, existia uma relação positiva entre a poupança e segurança social. As pessoas, num ciclo de vida finito, preferem trabalhar quando ainda são jovens, e mais produtivas, e reformar-se mais cedo. Assim, poupar constitui um meio de garantir o mesmo padrão de vida da juventude na velhice ou, no mínimo, manter uma vida aceitável.

Por sua vez, Filho & Pessoa (2008, pp. 6-7), ao estudarem o papel do envelhecimento da população, compararam os dois regimes de segurança social e concluíram que: 1) no regime de repartição social (também conhecido como *pay-as-you-go*), a poupança reduz-se quando a proporção de pessoas idosas aumenta relativamente ao resto da população mais jovem, pois a despesa social para custear os benefícios dos mais velhos aumenta e coloca pressão sobre a fonte de financiamento, constituída pelas contribuições dos mais jovens; 2) no regime de capitalização, a poupança aumenta à medida que a população envelhece, em resultado tanto do aumento do número de idosos como da capitalização de poupanças individuais.

Neste ponto vale a pena chamar a atenção para o facto de a relação estabelecida entre a protecção social e a poupança não incorporar outros aspectos, como, por exemplo, o impacto macroeconómico de aumentar a poupança hoje e reduzir o consumo e o impacto de mudar de um regime ou sistema de protecção social para outro. Contudo, uma coisa é certa: enquanto a assistência social drena a poupança ou contribui para ela de forma indirecta, o contributo directo da segurança social é difícil de esconder. Além da lógica teórica de que os indivíduos são obrigados a reservar parte da sua renda para o futuro (poupar), a dimensão dos fundos de pensões ao redor do mundo confirma a relação entre a poupança e a protecção social.

A figura 3 e a tabela 5 demonstram a dimensão dos fundos de pensões, ou seja, da poupança acumulada ao longo de anos nalguns países e regiões do mundo, visando segurar-se de riscos e manter um padrão de vida aceitável na velhice. Até 2011, a quantidade de poupança existente totalizava cerca de 20 biliões de dólares nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e cerca de 1,8 biliões de dólares na Ásia (OCDE, 2012), enquanto em África, até 2014, atingiu cerca de 334 mil milhões de dólares.

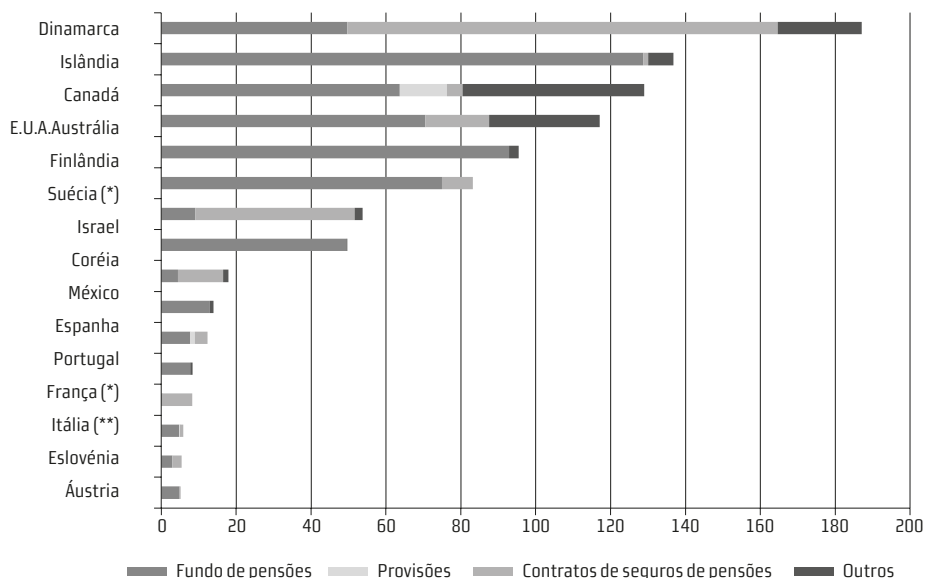
Em alguns países o total de activos ou de poupança privada para a segurança social ultrapassa o respectivo PIB anual. São exemplos desses países a Dinamarca, que em 2011 tinha cerca de 624 mil milhões de dólares (185 % do seu PIB em 2011) e os Estados Unidos da América, com 17 biliões de dólares (correspondente a 120 % do seu PIB de 2011).

TABELA 5: FUNDOS DE PENSÕES NALGUMAS REGIÕES DO MUNDO

REGIÃO	TOTAL DE ACTIVOS EM FUNDOS DE PENSÕES (MILHARES DE MILHÕES DE DÓLARES AMERICANOS)	ANO
África	334	2014
Zona Euro	2000	2011
Ásia	1800	2011
América Latina	700	2011

Fonte: OECD (2012) e RisCura (2019).

FIGURA 3: POUPANÇA PARA SEGURANÇA SOCIAL PRIVADA POR FORMAS DE FINANCIAMENTO, 2011
(EM PORCENTAGEM DO PIB E VALORES ABSOLUTOS EXPRESSOS EM MILHARES DE MILHÕES DE DÓLARES AMERICANOS)



Fonte: OCDE (2012).

* Dados de 2010

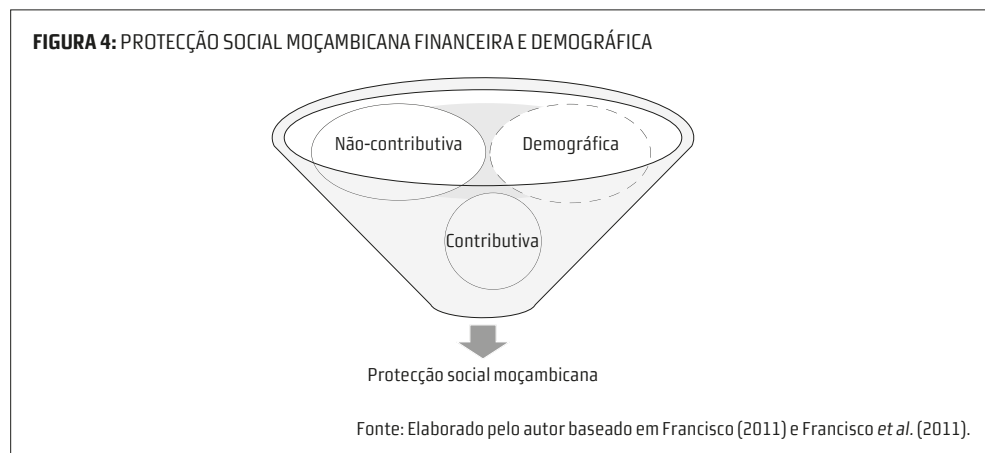
** Foram usados dados proxy para o cálculo de provisões

A poupança acumulada é investida em diversos tipos de aplicações que geram retorno com vista a proporcionar aos poupadores (neste caso, investidores) um melhor nível de vida no futuro, ou, melhor dizendo, na velhice. Por exemplo, nos EUA, Alemanha, Japão e no Reino Unido, uma pessoa que poupou para a velhice durante 40 anos, investindo num fundo de pensões, poderá obter um retorno financeiro que lhe garanta uma reforma superior ao rendimento que obteve durante a sua vida activa (OCDE, 2012, p. 02).

O QUE DIZER DE MOÇAMBIQUE?

Que relação se pode estabelecer entre a protecção social e a poupança em Moçambique? A resposta a esta questão depende da configuração da protecção social moçambicana. Como consta da Lei n.º 04/2007, que estabelece o quadro legal da protecção social em Moçambique, e ainda conforme abordado no *Desafios 2011* por Francisco (2011) e Francisco *et al.* (2011), em termos de base, a protecção social moçambicana pode ser financeira e demográfica (figura 4). Por um lado, a protecção social financeira existe de duas formas: a) contributiva, destinada a cidadãos com rendimento que durante a vida activa contribuem para o sistema de modo a garantir a sua segurança social no futuro; b) não contributiva, que abrange todos os moçambicanos, particularmente os que se encontram em situação de pobreza absoluta por diversas razões (falta de emprego devido a condições económicas do País, deficiência, velhice, etc.). Por outro lado, a protecção social

demográfica é um mecanismo de protecção social que, de acordo com Francisco (*op cit.*), é de carácter não financeiro e através do qual as pessoas se protegem de riscos inevitáveis no ciclo da vida humana (*e.g.*: associados à velhice, doença crónica, morte de pais no caso de filhos menores, etc.), baseando-se em laços de parentesco e redes familiares e comunitárias. Nesta modalidade, ter muitos filhos é a característica principal que a protecção social moçambicana apresenta, por duas razões. Primeiro, a protecção social demográfica é consistente com o regime demográfico antigo (RDA) típico de países pobres com altas taxas de natalidade e de mortalidade. Assim, quanto mais filhos uma geração tiver, maior é a possibilidade de garantir a sua continuidade. Na rede de protecção social, os filhos assumem um papel fundamental ao cuidar dos sobreviventes até à velhice. Segundo, em países pobres (e sem poupança, como sustenta este artigo), os filhos têm um valor económico, pois os pais esperam que estes também contribuam para a economia familiar (por exemplo, trabalhando na machamba e cuidando do gado, que são actividades de subsistência, intensivas em mão-de-obra e com baixa produtividade).



No quadro anteriormente descrito e resumido na figura 4, a relação entre a protecção social e a poupança pode ser estabelecida da seguinte forma:

PROTECÇÃO SOCIAL CONTRIBUTIVA

No quadro da protecção social moçambicana, estabelecido pela Lei n.º 04/2007 (AR, 2007), a protecção social é constituída por três regimes: a) básico, b) obrigatório e c) complementar. Apenas os dois últimos regimes são de natureza contributiva. O regime mais expressivo é o regime de protecção social obrigatória, que abrange, em geral, todas as pessoas assalariadas bem como as que possuem rendimentos trabalhando por conta própria e que voluntariamente decidiram aderir ao sistema de protecção social formal. Neste grupo de pessoas inclui-se trabalhadores do sector privado, funcionários públicos, deputados, trabalhadores do Banco

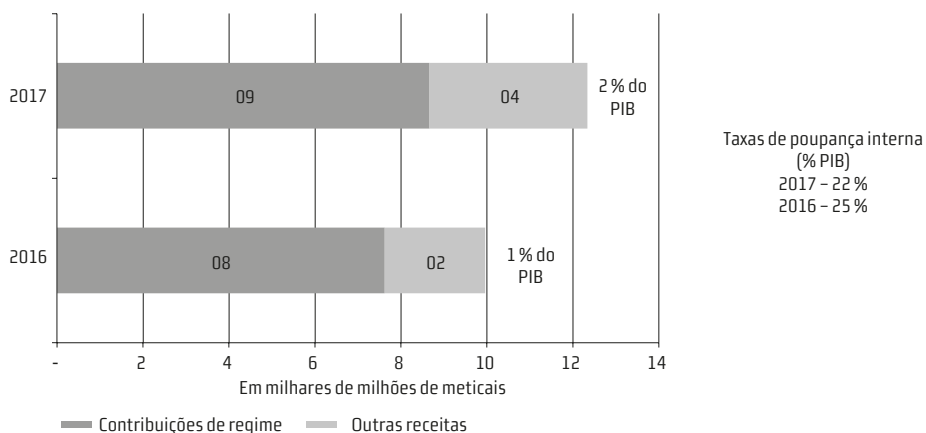
Central e trabalhadores por conta própria que voluntariamente se juntam ao sistema. No todo, a gestão da segurança social obrigatória é feita pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) à excepção da segurança social para deputados, funcionários públicos e funcionários do Banco Central (veja-se também Quive, 2009).

Assim, a relação entre a poupança e a segurança social contributiva em Moçambique depende da fonte de financiamento. Para os trabalhadores do sector privado, a fonte das contribuições para a segurança social são os seus salários (rendimento), dos quais, também, se deduzem impostos para sustentar as despesas do Orçamento público. Por sua vez, importa referir que a fonte de contribuições para a segurança social dos funcionários públicos são os salários, que são sustentados pelos impostos cobrados à sociedade (sector privado e consumidores, em geral), bem como por empréstimos e doações que financiam o Orçamento do Estado moçambicano. Sendo assim, pode-se inferir o seguinte:

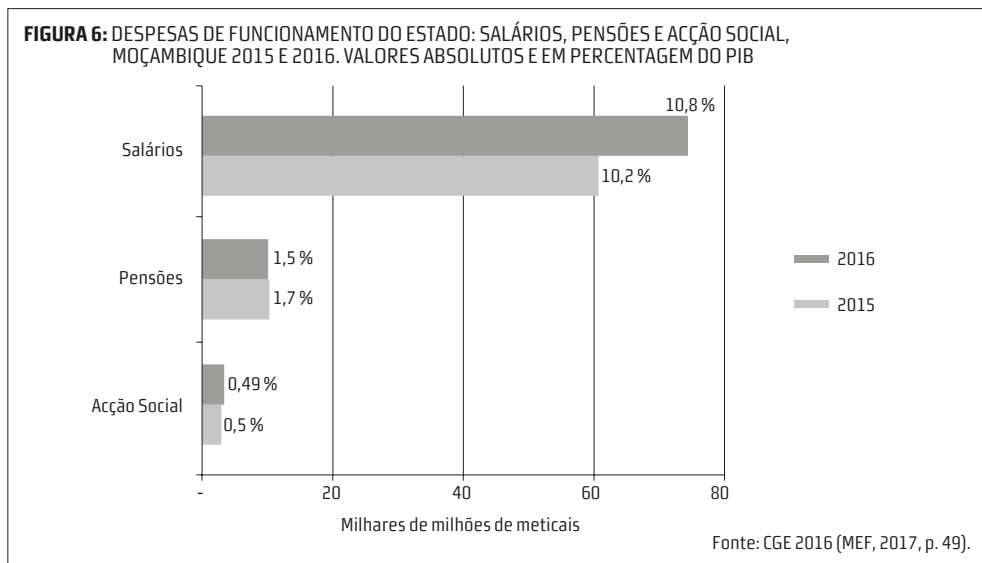
A segurança social para os trabalhadores privados contribui positivamente para poupança interna moçambicana. Este contributo para a poupança interna moçambicana é visível a partir dos relatórios de contas do INSS, particularmente, na parte que reflecte a dimensão das contribuições ou poupanças dos trabalhadores moçambicanos, para se precaverem de situações de risco (associados a velhice, morte, invalidez, etc.). Na figura 5, por exemplo, em 2017 as contribuições para o INSS feitas pelos trabalhadores (incluído a parte paga pelas empresas) foram de cerca de 8,7 mil milhões de meticais, que, adicionados a 3,7 mil milhões de meticais de outras receitas, resultantes do investimento de contribuições dos anos anteriores, totalizaram 12,4 mil milhões de meticais. Este valor corresponde a 2 % do PIB de 2017 e 7 % da poupança interna (que representou 25 % do PIB) do mesmo ano (Feenstra, Inklaar & Timmer, 2016; INSS, 2017; World Bank, 2019).

O leitor poderá questionar a significância da dimensão das contribuições para a segurança social em Moçambique. Um total de 2 % do PIB é pouco ou muito? Assumindo a precariedade do quadro da protecção social em Moçambique, por um lado, conseguir que o sistema obrigue os indivíduos a poupar 2 % do PIB para se prevenirem de riscos no futuro é algo que deve ser reconhecido. Porém, por outro lado, visto que o regime de seguro social vigente se baseia no princípio de que os mais jovens trabalham para pagar os benefícios dos mais velhos, o papel das contribuições para a segurança social na poupança interna é baixo, pois parte das contribuições feitas poderá ser actualmente gasta em consumo ao satisfazer as necessidades de consumo da geração dos mais velhos. É preciso lembrar que, diferentemente do sistema de protecção social de capitalização, os 2 % do PIB, ao invés de serem rentabilizados de modo a que no futuro sejam *2 % do PIB + retorno*, no sistema aplicado em Moçambique (PAYGO), os 2 % do PIB pagam as pensões e outros benefícios sociais, e apenas o restante, menor do que 2 % PIB, é que é capitalizado.

FIGURA 5: POUPANÇA PARA A SEGURANÇA SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: CONTRIBUIÇÕES E RECEITAS DE INVESTIMENTO DO CAPITAL PARA PENSÕES, 2016 E 2017



A segurança social para os funcionários públicos reduz a poupança interna, visto que, sendo dependente de impostos, os salários e as pensões deste grupo de funcionários representam gastos de consumo que reduzem a diferença entre as receitas do Estado e as suas despesas; ao mesmo tempo, aumentar a despoupança do Estado implica reduzir a poupança interna do País, pois a poupança interna obtém-se pela soma das poupanças privada e pública (Frank & Bernanke, 2009, p. 560; Gordon, 2000, pp. 101,102; Samuelson & Nordhaus, 2010, p. 593). Em Moçambique, a protecção social para os trabalhadores do Estado, contrariamente à segurança social para os trabalhadores do sector privado, reduz a poupança interna por duas razões: primeiro, porque o Governo financia as pensões dos seus funcionários com recurso ao Orçamento público do ano corrente. Segundo, porque o pagamento de pensões aos funcionários públicos através de impostos, representa i) uma despesa de funcionamento do Estado: as pensões reduzem a poupança do Estado tornando o seu Orçamento ainda mais deficitário. Em 2016, por exemplo, o Estado gastou cerca de 10 mil milhões de metcais (1,5 % do PIB) em pensões, agravando o seu défice orçamental, que, depois de incluir donativos, nesse ano rondou os 24,4 mil milhões de metcais (5,7 % do PIB) (MEF, 2017). A despoupança é agravada quando o Estado recorre ao endividamento, que gera encargos financeiros mais elevados do que pode suportar com as suas receitas; ii) uma redução do rendimento disponível das famílias: uma vez que a poupança das famílias depende do rendimento que auferem, a redução do seu rendimento também reduz a poupança. Curiosamente, em 2016, o Estado pagou 10 mil milhões de metcais em pensões aos seus funcionários (figura 6), um valor superior às contribuições do sector privado (7,6 mil milhões) para o mesmo fim (figura 5). Por outras palavras, enquanto o sector privado poupava, o sector público despoupava num montante superior.



PROTECÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA

A protecção social não contributiva é formada pelos diversos programas de assistência social adoptados pelo Governo, como, por exemplo, o Programa de Subsídio Social Básico e o Programa de Apoio Social Directo. Estes programas consistem essencialmente na transferência de rendimento para famílias pobres (*e.g.*: idosos, doentes crónicos, pessoas com deficiência) e são financiados através do Orçamento do Estado, abrangendo cerca de 300 mil pessoas (INE, 2014, p. 43). A figura 6 mostra que o Governo gastou cerca de 3 mil milhões de meticaís em 2015 e em 2016, correspondentes a cerca de 0,5 % do PIB de cada ano (MEF, 2017). A relação entre a protecção social e a poupança é negativa, pois, ao ser financiada pelos impostos e doações, assume a mesma natureza que a protecção social para os trabalhadores do sector público, com uma diferença importante: enquanto os funcionários públicos trabalham e têm um certo rendimento que é descontado, a população pobre abrangida não tem rendimento e, quando o tem, não poupa.

PROTECÇÃO SOCIAL DEMOGRÁFICA

A contribuição da protecção social demográfica na poupança interna em Moçambique tem sido negativa, principalmente considerando o argumento de Malthus (1978, pp. 06-11) segundo o qual um maior crescimento populacional em relação ao rendimento diminui os meios de subsistência disponíveis por pessoa e torna as condições de vida miseráveis. Quando o crescimento demográfico é maior do que o crescimento económico, o rendimento *per capita* reduz-se e a poupança interna também baixa. Este é o caso de Moçambique ilustrado pela figura 7, uma actualização do gráfico 2 apresentado por Francisco *et al.* (2011, p. 302), que

apresenta taxas de crescimento demográfico comparadas com as do crescimento económico (medido através do PIB) e do desenvolvimento económico (medido através do PIB *per capita*) entre 1960 e 2009. Aqui, a figura 7 adiciona a poupança interna e mais oito anos (2009-2017), estendendo o período do gráfico 2 no *Desafios 2011* com recurso aos dados da PWT 9.1.

A figura 7 revela que a economia moçambicana apresenta uma trajectória com duas fases. A primeira compreendida entre 1960 e 1999, um período de estagnação, em que a média do desenvolvimento económico é inferior ao crescimento populacional. O PIB *per capita* cresceu em média 1 % para cada quinquénio e a população 2 %, acompanhada por um crescimento económico de 3 %. A taxa de poupança interna neste período foi de -21 % do PIB. Na segunda fase, entre 2000 e 2017, o desenvolvimento económico supera o crescimento demográfico. O PIB *per capita* cresceu cerca de 5 % e a população 3 % associados a um crescimento do PIB de 8 % por quinquénio. A taxa de poupança interna logrou apresentar uma média positiva de 7 % do PIB.

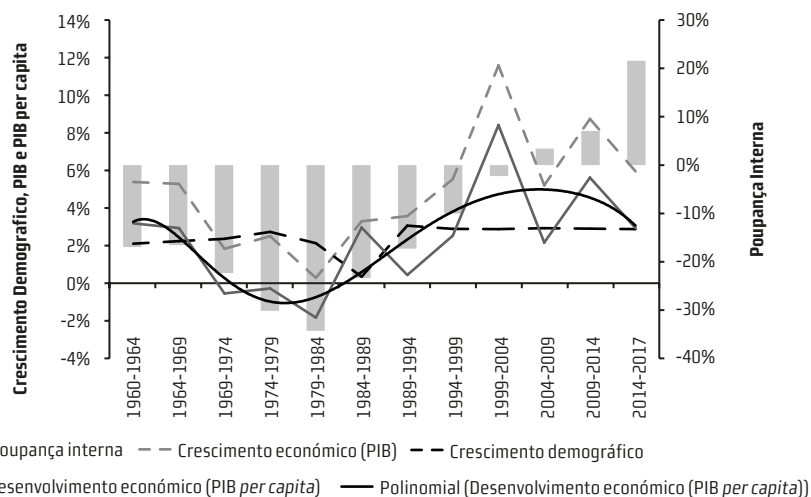
Porque é que isto acontece? Uma das características da protecção social demográfica é ter famílias com muitos filhos, nas quais os mais novos cuidam dos mais velhos. Assim, pode-se inferir que a protecção social demográfica tem uma relação negativa com a poupança porque inverte a relação entre a economia e a demografia de duas maneiras. Primeiro, a protecção social fica baseada num alicerce demográfico ao invés de financeiro. Enquanto em economias desenvolvidas (figura 3) os pais poupam para cuidar de si próprios na velhice e dos seus descendentes (filhos e netos), na protecção social demográfica como a de Moçambique, os pais não poupam, mas investem em ter filhos na expectativa de que estes possam cuidar deles. Para ilustrar este ponto, a tabela 6 mostra que o número de filhos por mulher permaneceu acima de 5 até 2017, um valor considerado alto comparativamente aos países desenvolvidos (Francisco, 2011). Segundo, o número maior de filhos aumenta a camada da população que financeiramente precisa de cuidados (*e.g.*: gastos dos pais em educação e saúde dos filhos) em relação à que cuida (*e.g.*: os pais com baixo rendimento tendo em conta o número de filhos) e, visto que as despesas familiares são maiores do que o seu rendimento, a poupança é baixa ou simplesmente não existe. Os dados do Censo de 2017 sustentam a afirmação, ao indicarem que a taxa de dependência da população é alta. Enquanto o número de dependentes em cada 100 pessoas aumentou de 94,8 (em 2007) para 99,5 (2017), a força de trabalho diminuiu de 69 % da população para 57 % (tabela 6).

TABELA 6: COMPARAÇÃO DE DADOS DA POPULAÇÃO CENSOS 2007 E 2017

ANO	FILHOS POR MULHER	FORÇA DE TRABALHO (%POP)	DEPENDÊNCIA DEMOGRAFICA	IDADE MEDIANA
2007	5,7	69,2	94,80	17,1
2017	5,2	57,6	99,50	16,6

Fonte: INE (2019).

FIGURA 7: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO, DESENVOLVIMENTO E POUPANÇA INTERNA EM MOÇAMBIQUE, 1960-2017



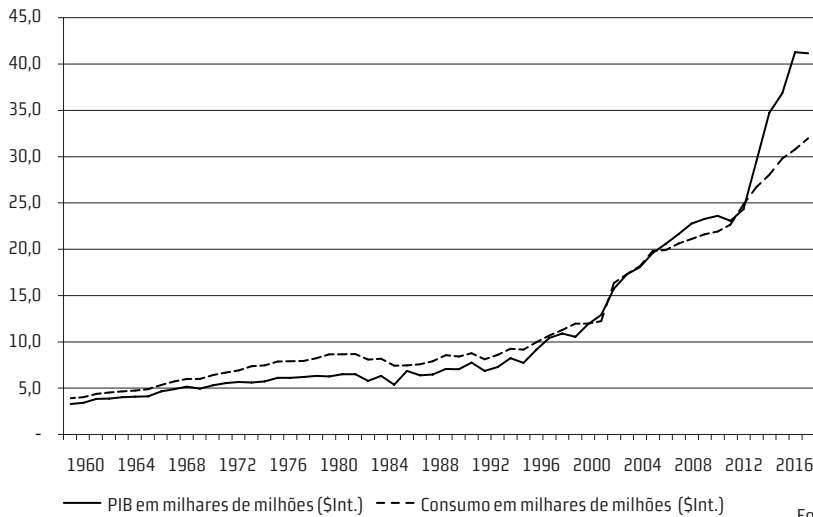
Fonte: PWT 9.1 e Francisco *et al.* (2011, p. 302).

DESAFIO DA DEPENDÊNCIA NA POUPANÇA EXTERNA PARA O CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E PROTECÇÃO SOCIAL

DEPENDÊNCIA DA POUPANÇA EXTERNA. COMO E ATÉ QUE PONTO?

Conforme confirmam diversas passagens deste artigo, especificamente no terceiro e quarto capítulo, o desenvolvimento económico em Moçambique é profundamente dependente da poupança externa. O mesmo se pode dizer da protecção social, se o desenvolvimento económico for concebido como um processo que envolve o aumento de rendimento por habitante e a melhoria do padrão de vida da população (Francisco *et al.*, 2016, p. 276). A figura 8 ilustra o processo de desenvolvimento de Moçambique comparando a evolução do rendimento medido pelo PIB com o consumo entre 1960 e 2017. Um breve olhar permite constatar que a trajectória das duas variáveis apresenta duas fases: a primeira, 1960-2000, com o consumo acima do PIB e a segunda, 2001-2017, com o PIB superior ao consumo na maior parte dos anos. A média anual do consumo e do PIB é quase igual, cifrando-se em 11,8 e 11,9 mil milhões de dólares internacionais, respectivamente. Até 2000, último ano consecutivo em que o consumo superava o PIB, a média anual do consumo é de 8 mil milhões de dólares internacionais, enquanto a do PIB é de cerca de 6 mil milhões. Nas últimas duas décadas, 2001-2017, o consumo e o PIB apresentam um comportamento diferente do período anterior. O consumo passa a ser inferior ao PIB (em cerca de 2 mil milhões de dólares internacionais), sendo a média de cada uma das variáveis, respectivamente, de 23 mil milhões e 25 mil milhões de dólares internacionais.

FIGURA 8: EVOLUÇÃO DO CONSUMO, DO PRODUTO INTERNO BRUTO EM VOLUME EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO 1960-2017



Fonte: PWT 9.1.

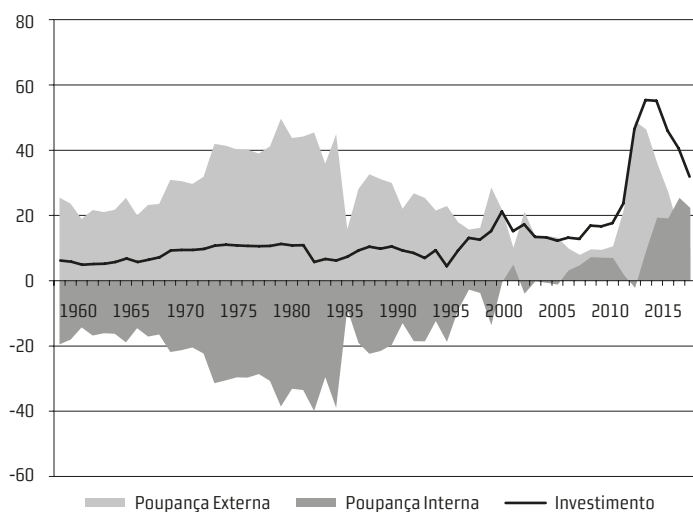
O consumo acima do PIB só foi possível graças à poupança externa, cuja trajetória anual é apresentada na figura 9 (e na tabela 3 em períodos decenais). A média geral, entre 1960 e 2017, é de 27 % do PIB, donde o correspondente a 12 % do PIB foi para o consumo e 15 % do PIB para o investimento. Por outras palavras, do total da poupança externa (27 % do PIB), 44 % financiaram a parte do consumo que supera o PIB (figura 8) e os restantes 56 % financiaram o investimento. A figura 9 também mostra a evolução da poupança interna e do investimento. Visto que a poupança interna é o resultado da diferença entre o PIB e o consumo, o facto de o consumo ter sido superior ao PIB na maior parte do período, como ilustra a figura 8, significa que a poupança interna é negativa. Em média, a poupança interna é de -12 % do PIB por ano entre 1960 e 2017. O primeiro valor positivo da poupança interna aparece em 2001 (cerca de 5 % do PIB) de acordo com a PWT 9.1, usada neste artigo, e no ano de 1998 segundo a base de dados usada no *Desafios 2014* (veja-se a secção que aborda a transição para a nova versão da PWT no segundo capítulo deste artigo).

A trajetória da poupança interna (figura 9) e do consumo em relação ao PIB (figura 8), confirma a afirmação de que o crescimento e o desenvolvimento económico em Moçambique dependem da poupança externa.

Assumindo que o crescimento económico depende do investimento, a figura 9 confirma a afirmação mencionada no parágrafo anterior, ao mostrar que a maior parte do investimento foi financiada pela poupança externa. Nas quatro décadas de poupança interna negativa (1960-2000), a poupança externa financiou o investimento em 100 %, numa média anual correspondente a 9 % do PIB. No período seguinte, 2000-2017, o investimento foi em média de 27 % do PIB e apenas

30 % foram financiados pela poupança interna (em torno de 8 % do PIB) e os restantes 70 % do investimento foram financiados pela poupança externa (cerca de 20 % PIB).

FIGURA 9: EVOLUÇÃO DA POUPANÇA INTERNA, DA POUPANÇA EXTERNA E DO INVESTIMENTO EM MOÇAMBIQUE, 1960-2017



Fonte: PWT 9.1.

Considerando que o desenvolvimento se reflecte através de mudanças no padrão de vida das pessoas, afirmar que o desenvolvimento é dependente da poupança externa também é válido. Porque a qualidade de vida das pessoas mede-se pela qualidade e quantidade de consumo e, como mostram as figuras 8 e 9, a poupança externa também financiou despesas de consumo (*e.g.*: educação e saúde na tabela 7), resultando em possíveis mudanças na qualidade de vida dos moçambicanos. Acima disso, o facto de a poupança externa financiar o investimento que garante o crescimento da economia moçambicana significa que ela tem um papel importante na geração de rendimento, do qual a qualidade de vida dos moçambicanos (com rendimento) depende.

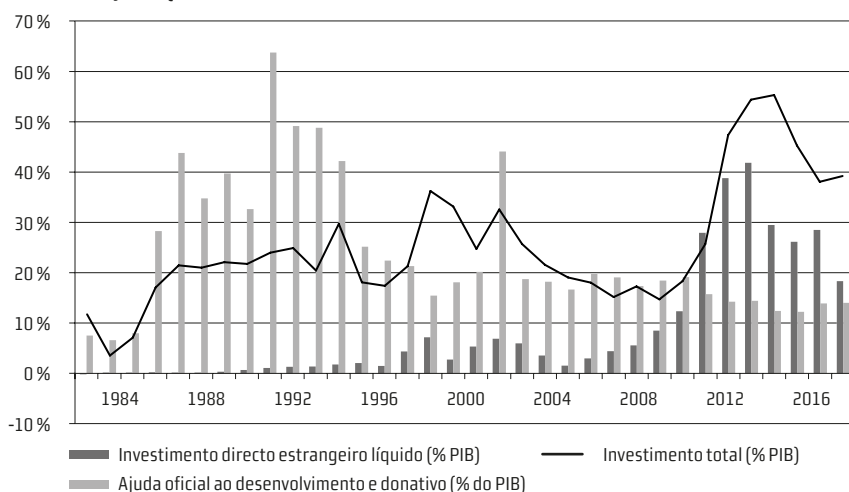
Em complemento ao parágrafo anterior, são apresentadas a tabela 7 e a figura 10. A tabela 7 mostra a alocação dos fluxos da ajuda externa nalguns sectores da economia moçambicana. Por sua vez, a figura 10 ilustra a composição da poupança externa e a trajectória do investimento no período 1984-2017 de acordo com os dados do Banco Mundial. Da figura, é possível constatar que, até 2008, a ajuda externa (principalmente donativos) representava mais de metade do investimento realizado em Moçambique. Esta tendência começa a alterar-se a partir de 2005, quando o investimento directo estrangeiro (IDE) começou a crescer até superar os níveis de ajuda externa.

TABELA 7: FLUXOS DA AJUDA EXTERNA EM ALGUNS SECTORES DA ECONOMIA MOÇAMBICANA (EM MILHÕES DE DÓLARES NORTE-AMERICANOS)

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL (POR SECTOR)
Educação	162,59	316,36	339,19	412,18	383,52	283,21	1,897,04
Saúde	140,38	123,69	220,87	267,94	283,87	257,67	1,294,42
Transportes	159,79	176,65	149,92	147,10	183,61	140,21	957,28
Ajuda ao Orçamento do Estado	108,78	125,88	148,55	191,02	190,28	125,29	889,80
Agricultura e florestas	97,17	96,72	82,08	147,71	154,95	86,61	665,24
Indústria e mineração	21,82	26,63	16,48	15,26	11,06	10,77	102,03
Total (por ano)	690,53	865,93	957,08	1181,21	1207,30	903,75	

Fonte: Ziegler-Bohr (2008).

FIGURA 10: INVESTIMENTO TOTAL E FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO E DE AJUDA EXTERNA EM MOÇAMBIQUE, 1984-2017



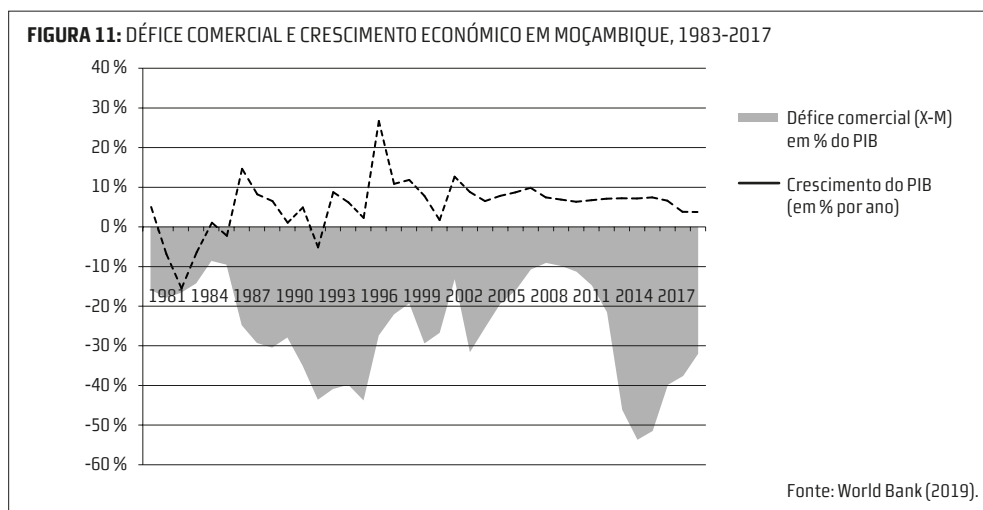
Fonte: World Bank (2019).

DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO

INSTABILIDADE DO CRESCIMENTO, CRISES DE DÍVIDA E BALANÇA COMERCIAL E DISTORÇÕES DE PREÇOS

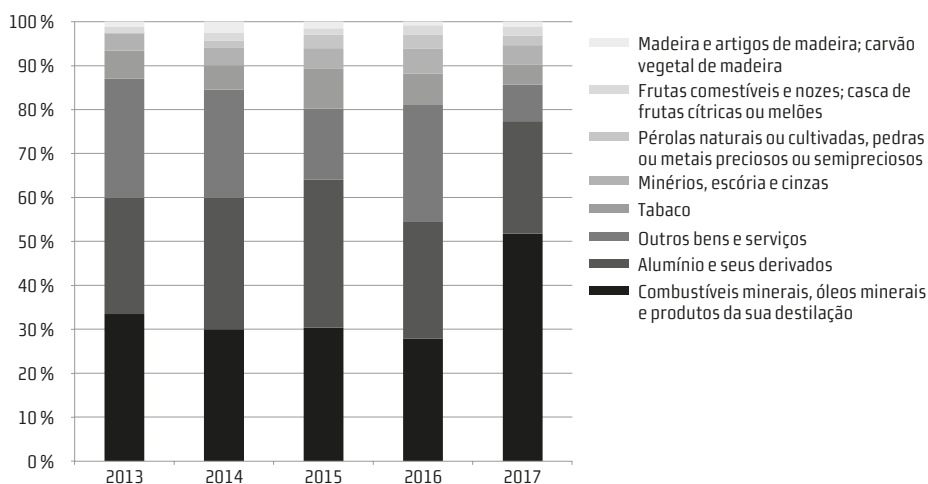
Quais são os principais desafios que derivam da dependência da poupança externa? O primeiro desafio é alcançar um crescimento económico sustentável, uma condição essencial para o desenvolvimento económico de Moçambique. Contudo, a literatura económica indica que a poupança externa não garante crescimento sustentável (Bresser-Pereira & Gala, 2009; Cavallo, Eichengreen & Panizza, 2016; Gramlich, 2005). De facto, a trajectória do crescimento económico (medido pelo crescimento do PIB, figuras 7, 8 e 11) e do desenvolvimento económico (medido pelo PIB *per capita*, figura 7) mostra que o crescimento económico é instável e que crises económicas são frequentes em Moçambique (*e.g.*: 1982-1987, 1990-1993, 2015-2017).

Uma tentativa de explicar as crises económicas em Moçambique é apresentada por Castel-Branco (Castel-Branco, 2016, 2017, p. 04). A análise dos seus argumentos sobre as crises moçambicanas não deixa dúvidas de que os problemas da economia que levam às crises estão relacionados com a sua dependência da poupança externa. O autor defende que as crises económicas em Moçambique são causadas pela dependência da economia do capital estrangeiro, com particular destaque para o caso da indústria. A composição das exportações no período 2013-2017, apresentada na figura 12, sustenta esta hipótese ao demonstrar que as exportações de combustíveis, de minérios e de alumínio e seus derivados representam quase 60 % do total das exportações em Moçambique. Para ilustrar, são responsáveis pela exploração mineira e produção de alumínio empresas de capital maioritariamente estrangeiro (em mais de 90 %) como: 1) a empresa sul-africana SASOL, que explora gás natural (Nuvunga & Mapiisse, 2017); e 2) a Mozal, uma empresa que produz e exporta alumínio e é resultado da junção de duas multinacionais, nomeadamente, a BHP Billiton, Industrial Development Corporation e a Mitsubishi Corporation (Abad, 2014; Mitsubishi Corporation, 2015). Por fim, o tabaco é outro produto que também se destaca nas exportações moçambicanas e a sua produção e exportação em maior escala são feitas pela empresa Mozambique Leaf Tobacco, uma subsidiária da US Company Universal Corporation (U.S. Department of State, 2015).



Uma análise mais ampla permite identificar ligações entre a poupança externa e os períodos de crises que Moçambique viveu desde a independência em 1975 (figuras 7, 8 e 11). Por exemplo, a crise económica entre 1982 e 1987 pode ser associada ao colapso da União Soviética, o qual resultou na redução do apoio financeiro que Moçambique recebia (Mzumara, 2011; Phiri, 2012). A crise entre 1990 e 1993 pode ser enquadrada no contexto das medidas estruturais implementadas quando Moçambique, depois do colapso em 1982-1983, se juntou

FIGURA 12: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES EM MOÇAMBIQUE, 2013-2017

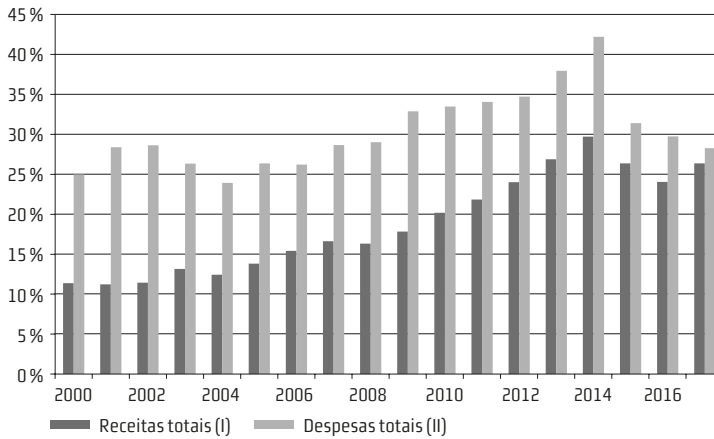


Fonte: Trade Map (2018).

ao Banco Mundial com o objectivo de obter um empréstimo de 45 milhões de dólares norte-americanos. As medidas estruturais envolviam, entre outras, a) a liberalização de preços, b) a privatização de empresas estatais e c) a liberalização do comércio (World Bank, 1985). Estas medidas começaram a ser implementadas em 1987, mas em 1990 o ritmo de actividade económica começou a abrandar, principalmente porque as empresas estatais que acabavam de ser privatizadas foram ficando descapitalizadas ou deixaram de produzir. Os efeitos do abrandamento da actividade económica foram ainda agravados pela guerra civil, que, além de destruir o capital já acumulado, afugentava investidores tanto nacionais como estrangeiros (Hanlon, 2017b, pp. 08-12; Ribeiro, 2015, pp. 371-373).

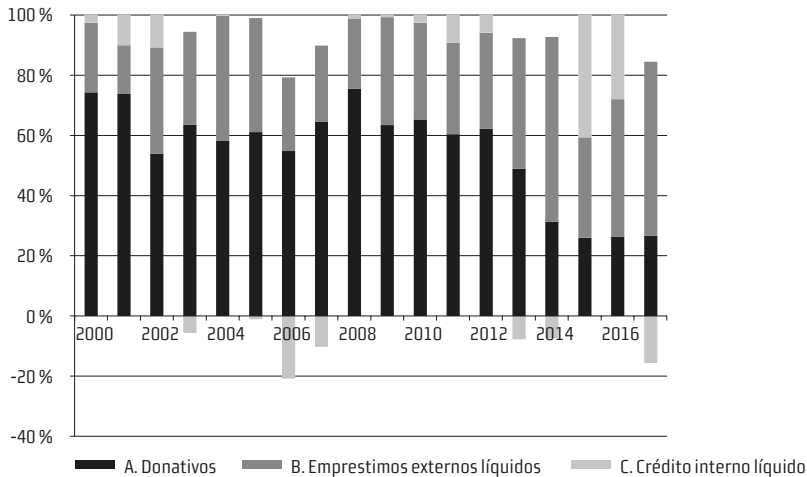
Recentemente a economia de Moçambique entrou numa outra crise que confirma as dificuldades que o País enfrenta por ser bastante dependente da poupança externa. Esta crise manifestou-se pela revelação pública das dívidas no valor de 2,2 mil milhões de dólares norte-americanos contraídas secretamente pelo Estado moçambicano. Uma reflexão mais elaborada sobre este assunto encontra-se em Halon (2017a). Neste artigo, importa destacar as implicações do endividamento, que demonstram os problemas associados à estratégia de crescimento com base na poupança externa no desenvolvimento económico de Moçambique. Como ponto de partida, vale a pena referir que, quando as dívidas ocultas foram descobertas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros doadores interromperam a ajuda financeira a Moçambique. O FMI não concedeu crédito a Moçambique e a maioria dos doadores europeus parou de apoiar o Orçamento do Estado (*ibid.* p. 766), um Orçamento deficitário, em que as despesas são superiores às receitas numa média anual de quase 40 % (figura 13), com mais de 50 % do défice financiado por donativos externos, conforme se mostra na figura 14.

FIGURA 13: RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE, 2000-2017



Fonte: Conta Geral do Estado (vários anos).

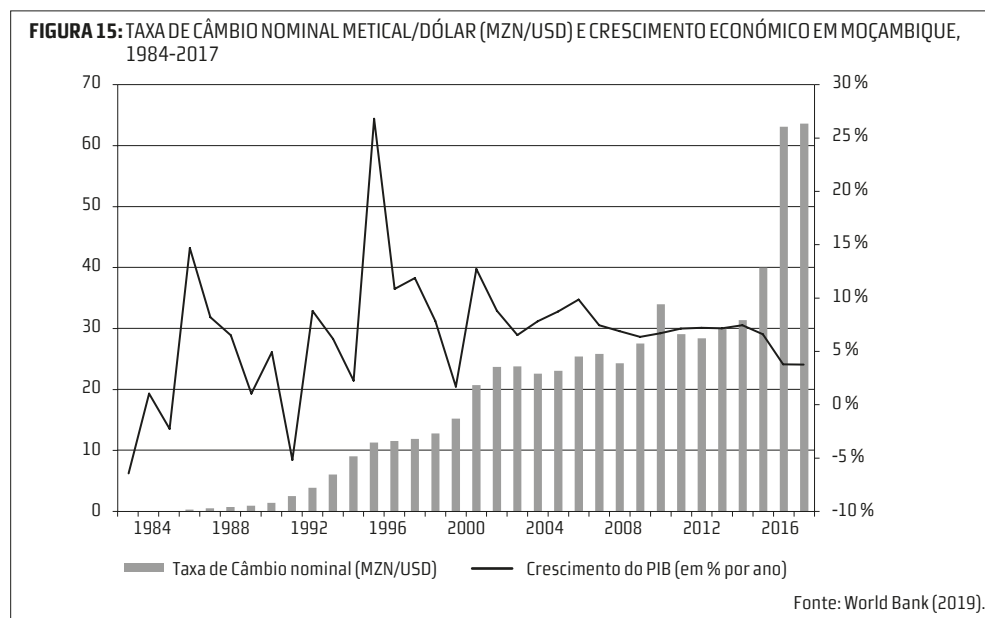
FIGURA 14: DONATIVOS, EMPRÉSTIMOS EXTERNOS LÍQUIDOS E CRÉDITO INTERNO LÍQUIDO, 2000-2017



Fonte: Conta Geral do Estado (vários anos).

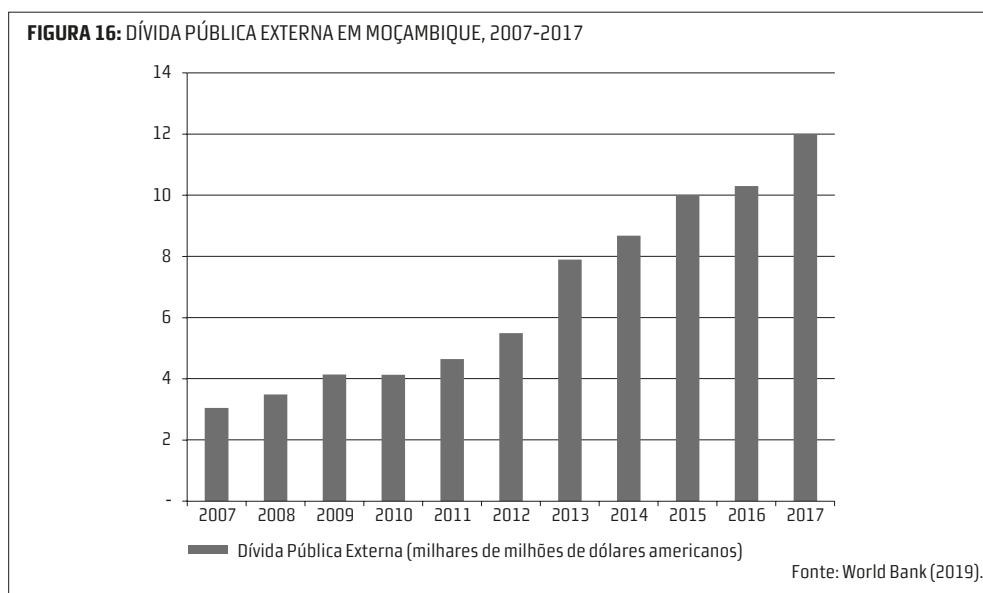
A redução de recursos externos, particularmente doações e empréstimos, levou a economia moçambicana a um quadro de crise. O ritmo de crescimento económico abrandou nos últimos dois anos (2016 e 2017); como se observa na figura 15, a taxa de crescimento do PIB passou para metade dos 7 % observados no período de 10 anos anterior (2005-2015). A redução da actividade económica pode ser explicada pela redução do investimento (figuras 9 e 10), provocado pela redução da poupança externa que o financia; redução essa que se deve, por um lado, ao corte do apoio ao Orçamento do Estado – que reduziu a capacidade do próprio Estado para investir ou pagar as suas dívidas a empresas que poderiam expandir o seu investimento –

e, por outro lado, pelo sentimento de incerteza criado nos investidores estrangeiros quanto à capacidade de Moçambique pagar as suas dívidas e quanto à rentabilidade dos projectos de investimento num contexto em que as taxas de juro aumentavam e o metical depreciava rapidamente (figura 15).



O desenvolvimento económico, diferentemente do crescimento, é influenciado também pela redução da ajuda externa no contexto de um país altamente endividado (seja dívida oculta ou não). Assumindo que o desenvolvimento económico reporta às condições de vida da população, o corte do apoio ao Orçamento do Estado (com a descoberta das dívidas «ocultas») reduz a capacidade do Estado de financiar programas sociais como saúde, educação e assistência social. Para ilustrar este ponto, em 2016, no meio da confusão criada pelas descobertas de dívidas contraídas secretamente, os trabalhadores da função pública viram os seus salários atrasados e o 13.º salário reduzido pela metade, enquanto no mercado os preços de bens e serviços subiam e o metical depreciava em relação ao dólar norte-americano e ao rand sul-africano (a taxa de inflação alcançou 27 % em Novembro de 2016 (Fijamo, 2018)). O impacto na vida da população é agravado por uma outra dependência – a dependência da importação de bens de consumo. Em 2014, por exemplo, Moçambique gastou 3,4 mil milhões de dólares norte-americanos na importação de bens de consumo, o correspondente a metade do seu PIB no mesmo ano (World Integrated Trade Solutions, 2018). A taxa de inflação aumentou em cerca de 25 % de Dezembro de 2015 para Maio de 2016, ao atingir 18,3% (Cascais, 2018; Frey, 2017; Hanlon, 2016) e ainda em Novembro de 2016 alcançou 27 % (Fijamo, 2018). É digno

de nota que a subida rápida dos preços de bens e serviços básicos contribuiu, principalmente, para reduzir o padrão de vida das famílias que vivem nas cidades (*e.g.*: Maputo, Xai-Xai, Beira, Quelimane, Tete, Nampula, etc.). Todavia, para o restante da população dependente essencialmente da agricultura de subsistência (cerca de 70 % da força de trabalho), o impacto do endividamento e das distorções de preços associadas à dependência da poupança externa é mais difícil de medir. O certo é que as chances desta população beneficiar do crescimento económico tornam-se ainda mais remotas, pois o País tem de lidar com as distorções causadas pelo elevado nível de endividamento (figura 16), contribuir para o serviço da dívida, sofrer os efeitos da incerteza entre receber os benefícios da ajuda externa ou não e, acima de tudo, seguir um caminho que o mantém no subdesenvolvimento.



EFEITOS SECUNDÁRIOS, CORRUPÇÃO E PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

O segundo desafio de Moçambique é lidar com o que se podem chamar os efeitos colaterais da dependência na poupança externa. O elevado influxo de capital estrangeiro tem impacto de longo prazo, que, nos casos em que é negativo, pode obstruir permanentemente o processo de desenvolvimento do País. Esta secção vai destacar questões peculiares ao contexto moçambicano, ao invés de destacar aspectos que a literatura tem abordado amplamente, como têm sido: i) crises do tipo *sudden stop* provocadas por quedas repentinas do fluxo de capital externo em economias vulneráveis (Calvo, 1998, 2007; Cavallo *et al.*, 2016); ii) crises de dívida e ónus do serviço da dívida que desvia recursos de sectores-chave para o desenvolvimento, como educação, saúde, infra-estruturas, etc. (Birdsall, de la Torre & Caicedo, 2010; Bresser-Pereira, Gonzalez & Lucinda,

2008); iii), apreciação da taxa de câmbio real e elevada volatilidade da taxa de câmbio nominal (Bresser-Pereira, 2008; Calvo, Leiderman & Reinhart, 1993; Falck, 2000; Nkusu, 2004).

O primeiro conjunto de efeitos colaterais no desenvolvimento económico de Moçambique está ligado à dependência da ajuda externa. Para ilustrar este ponto, considere-se a situação em que o País se envolveu em 1984 logo depois de se juntar ao Banco Mundial e ao FMI para obter ajuda financeira. As condições impostas pelo Banco Mundial e o FMI envolveram a implementação de políticas económicas desenhadas num quadro teórico com uma percepção enviesada sobre o papel do Governo em intervir e corrigir falhas de mercado (Stiglitz, 2007). Infelizmente, o Governo moçambicano falhou em exercer o papel esperado e na implementação das políticas de livre mercado. Isso levou a que as políticas económicas sugeridas pelas instituições de Bretton Woods se mostrassem contraproducentes.

Um exemplo prático é mencionado por Hanlon (2017a, pp. 760-763), ao sugerir que as políticas recomendadas pelo Banco Mundial e o FMI podem ter contribuído para a eclosão da corrupção e do secretismo no sector público em Moçambique. Hanlon afirma que, em 1990, com a implementação das medidas de ajustamento estrutural, muitos funcionários públicos caíram para o nível de pobreza como resultado da redução dos seus salários – uma política imposta pelo Fundo Monetário para conter a despesa pública. O resultado foi que esses funcionários que viram os seus rendimentos reduzidos começaram a recorrer a cobranças informais. Ao nível do Governo, o impacto é ainda pior para a economia; a ajuda externa (políticas impostas e o fluxo de recursos financeiros) originou um clima de secretismo e de acordos à porta fechada entre doadores, investidores estrangeiros e membros do Governo.

[aid created a] climate of secrecy and deals done behind closed doors – both with foreign investors and for local privatisations. Ambassadors began to lobby for special treatment for companies from their countries, which sometimes involved key people in the right ministries receiving trips to conferences or other kinds of visits (ibidem, p. 761)

O impacto do secretismo é difícil de medir. No entanto, uma análise profunda das variáveis económicas passíveis de mensuração permite ter uma ideia dos prejuízos. Por exemplo, as dívidas «ocultas» permitem imaginar o tipo de servidores públicos que a estratégia de crescimento com poupança externa fez emergir em Moçambique – uma elite política desonesta, corrupta, procurando tirar proveito da estratégia de crescimento por que o País enveredou; além disso, os prejuízos para o crescimento da economia moçambicana, referidos noutras passagens deste artigo e ilustrados nas figuras 11, 15 e 16, permitem imaginar o atraso no desenvolvimento de Moçambique causado pela corrupção e pelo secretismo.

O segundo grupo dos chamados efeitos colaterais está relacionado com as crises de dívida cujo impacto se repercute por muitos anos e em várias dimensões. A trajectória da economia

moçambicana mostra que o País entra frequentemente em crise de dívida. A primeira crise foi observada no período 1983-1984 e, por causa disso, a economia moçambicana teve de sofrer os encargos das reformas estruturais. A segunda foi em 1998, quando a dívida externa alcançou cerca de 6 mil milhões de dólares norte-americanos, isto é, 153 % do PIB e 13 vezes as receitas públicas naquele ano; uma dívida enorme para um país que tinha 20 % do seu PIB em défice comercial e um défice orçamental de quase metade. No contexto desta crise, Moçambique beneficiou do perdão da dívida na perspectiva da iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries), que reduziu a dívida externa para cerca de 4,6 mil milhões de dólares norte-americanos até 2005 (G. M. D, 2006, pp. 15.17). Para testemunhar a frequência das crises de dívida pública, seja por ironia do destino ou não, eis que Moçambique entre 2015 e 2016 se envolveu noutra crise de dívida – a das dívidas «ocultas» já abordada neste artigo (figuras 11, 15 e 16). Por fim, pode deduzir-se que, ao longo do processo de crescimento ancorado na poupança externa, Moçambique, no meio de cada período de 20 anos, teve sempre uma crise de dívida externa. O seu efeito é nefasto para a economia porque perpetua a dependência na poupança externa, além de retardar o processo de desenvolvimento, causa das distorções no processo produtivo (*e.g.*: mudanças no fluxo de investimento, taxas de juro, câmbio e inflação) e na acumulação de capital.

DESAFIO NA PROTECÇÃO SOCIAL

Com o objectivo de desenvolver um sistema que forneça protecção social digna aos moçambicanos, pode-se destacar como principal desafio da dependência da poupança externa a instabilidade que cria no crescimento e desenvolvimento do País ao não permitir a melhoria dos níveis de rendimento e a inclusão da maioria da população no sistema económico.

Como abordado nas secções anteriores, em que se mostra a diferença da protecção social entre países desenvolvidos e pobres, existe uma relação entre o desenvolvimento e a qualidade de protecção social que um país pode oferecer aos seus cidadãos. Por exemplo, os países desenvolvidos possuem altos níveis de rendimento, o que lhes permite fornecer uma melhor qualidade de vida aos cidadãos durante a sua vida activa, na velhice e noutras situações em que têm de recorrer ao sistema de protecção social. Em Moçambique a dependência da poupança externa e a instabilidade no crescimento, por ela criada, é um obstáculo para o desenvolvimento de um sistema de protecção social melhor do que o actual. As crises económicas frequentes, mencionadas no início deste capítulo, são uma ilustração de como a dependência da poupança externa afecta negativamente o rendimento da população moçambicana, quer por via do aumento do custo de vida (com o aumento de preços dos bens e as distorções da taxa de câmbio e da taxa de juros), quer pela redução de oportunidades de investimento.

A figura 17 mostra o nível de salário médio dos trabalhadores activos no sistema nacional de segurança social (INSS) no ano de 2015. Em média, cada um dos 484 mil trabalhadores activos

recebia por mês cerca de 14 mil meticais (359 dólares norte-americanos à taxa de câmbio de 2015, 40 MZN/dólares). Se este valor não é suficientemente revelador das dificuldades que o sistema de protecção social enfrenta, a tabela 8 torna-as mais claras ao comparar o nível de trabalhadores activos (*i.e.*: que pagam as suas contribuições para a segurança social) com o resto dos inscritos no sistema e com o total da população. A tabela mostra que entre 2011 e 2015 menos de 40 % dos inscritos no sistema nacional de segurança social conseguiram pagar as suas prestações. Comparativamente ao resto da população, estes dados significam que apenas entre 1 % e 2 % da população total (mesmo incluindo os trabalhadores do sector público) consegue ter rendimento para contribuir financeiramente para a protecção social, enquanto o restante da população, mais de 90 %, não contribui para o sistema.

Neste contexto, o principal desafio que resulta da dependência da poupança externa é conseguir que o crescimento e desenvolvimento sejam inclusivos e beneficiem a maior parte da população, para que esta possa gerar rendimento e capacidade financeira para contribuir para a sua própria protecção social.

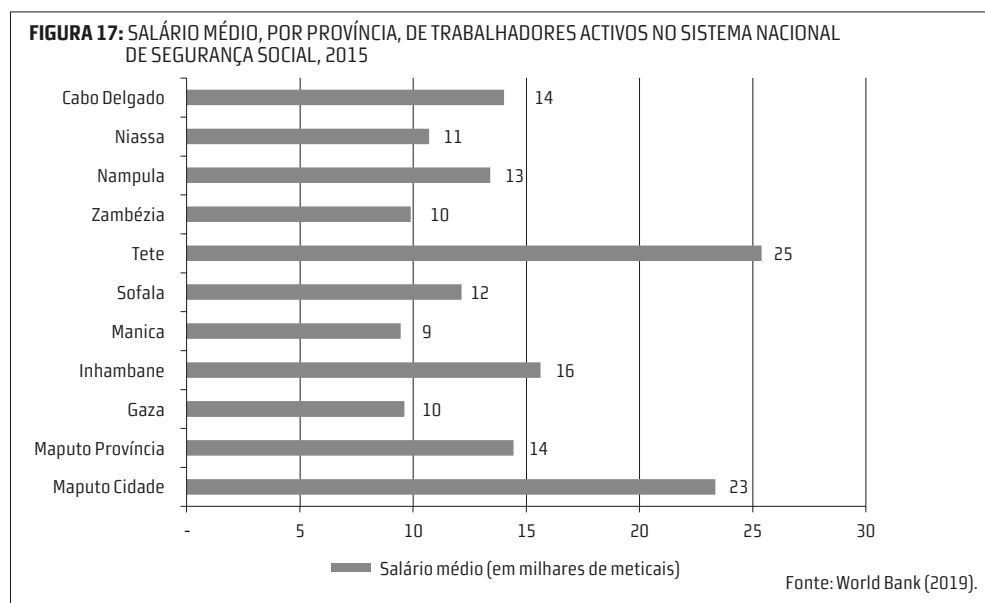


TABELA 8: TRABALHADORES REGISTRADOS NO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL, 2011-2015

Ano	Activos	Inscritos	% de activos/inscritos	População total (milhões)	% de activos/população
2011	320 512	923 763	35 %	24.9	1 %
2012	347 518	1 028 925	34 %	25.7	1 %
2013	313 993	1 167 881	27 %	26.4	1 %
2014	425 248	1 290 931	33 %	27.2	2 %
2015	484 096	1 397 533	35 %	28.0	2 %

Fonte: MTESS (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SOBRE A PROTECÇÃO SOCIAL MOÇAMBICANA

Que tipo de protecção social poderá um país como Moçambique desenvolver sem poupança interna e profundamente dependente da poupança externa? Esta é a pergunta que se fez no início deste artigo e que inspirou o seu objectivo geral. Pelo que se pode depreender da leitura deste artigo, enquanto Moçambique tiver o seu crescimento sustentado numa estratégia de crescimento, que privilegia a poupança externa em detrimento da poupança interna, o sistema de protecção social formal nacional continuará frágil, selectivo e sem capacidade de oferecer protecção à maioria dos cidadãos. Por conseguinte, sistemas de protecção informais, particularmente, o demográfico, alicerçado numa economia de subsistência continuarão predominantes.

A implicação desta conclusão é a seguinte: Moçambique precisa de mudar do sistema actual de natureza essencialmente assistencialista, que pouco contribui para a poupança interna, para um sistema que seja promotor de uma poupança interna que gere excedentes para a capitalização, especialmente a capitalização da poupança individual que possa contribuir para que os indivíduos possam segurar-se de riscos através de mecanismos alicerçados na economia formal, ao mesmo tempo que contribuem para o processo de desenvolvimento económico, investindo suas poupanças na produção de bens e serviços.

A inviabilidade do sistema actual é demonstrada ao longo do texto e justificada por duas razões. Primeiro, o regime formal de protecção social obrigatória gerido pelo INSS é inviável e insustentável no contexto demográfico de Moçambique. O regime assenta no princípio de que as gerações mais jovens devem financiar os benefícios sociais das gerações mais velhas, o que se torna inviável a longo prazo dado o crescente aumento da população idosa (Filho & Pessoa, 2008; Francisco & Sugahara, 2012). Por exemplo, de 2007 (949 mil idosos) a 2017 (1,3 milhões de idosos), a população idosa aumentou em quase 400 mil pessoas. O crescimento deste grupo etário e da população mais jovem aumenta os encargos que a geração mais jovem tem de suportar. Estes encargos são também agravados pelo grande número de filhos por mulher (em média 5,7) com tendência a elevar o número de crianças (0-14 anos) em relação à força de trabalho. Os dados dos censos confirmam isto ao mostrarem que a taxa de dependência aumentou de 94,5 (2007) para 99,5 (2017) e a força de trabalho baixou de 69 % em 2007 para 58 % em 2017 (INE, 2019). À medida que aumenta o número da população que precisa de cuidados (principalmente crianças, idosos e deficientes) em relação ao resto da população, os recursos disponíveis por dependente diminuem e maior tem de ser o esforço da força de trabalho para financiar os benefícios sociais dos dependentes. Este aumento da despesa resulta na redução da qualidade de vida tanto dos beneficiários como dos contribuintes e, finalmente, da poupança disponível (veja-se as figuras 7-9 e a tabela 4).

Segundo, a assistência social financeira prestada pelo Estado moçambicano também é inviável num contexto em que representa um encargo financeiro elevado, seja por este ser deficitário (figura 13) e altamente endividado (figura 16) ou, simplesmente, por ser impossível que o Estado redistribua rendimentos colectando impostos duma pequena parte da população para uma maioria sem rendimento. Como mostra o quarto capítulo do artigo, a melhor protecção social que o Estado moçambicano pode oferecer é criar condições favoráveis para que os mais de 90 % da população fora do sistema formal de protecção social possa ter oportunidades de gerar rendimento de forma a ser capaz de poupar e contribuir para a sua própria segurança social. Então, mudar para que regime? A literatura sugere diferentes modalidades de protecção social como é o caso dos regimes de capitalização privada, mencionados ao longo do texto e dos mecanismos de assistência social formais semipúblicos e privados que podem ser adaptados ao contexto moçambicano (Barrientos & Hinojosa, 2009; Mathers & Slater, 2014). Contudo, indicar uma alternativa mais adequada para Moçambique requer uma análise mais ampla que considere também os custos de transição do sistema em vigor (Barreto & Oliveira, 2001; Brunner, 1996).

SOBRE A POUPANÇA MOÇAMBICANA

Em relação à poupança, esta edição do *Desafios* veio mais uma vez demonstrar que a economia moçambicana é profundamente dependente da poupança externa e que, embora a poupança externa contribua para o crescimento económico, a dependência que cria constitui um obstáculo para o desenvolvimento económico de Moçambique. A análise dos dados mais recentes da PWT 9.1 permite observar que a poupança interna moçambicana tende a consolidar-se e manteve-se positiva na segunda década deste século (2010-2017), numa média anual de 13 % do PIB. Mesmo assim, o seu contributo para a economia é menos expressivo que o da poupança externa, que, desde 2010, tende a aumentar, saindo duma média de 13 % do PIB (2000-2010) para 27 % nesta década (2010-2017). O principal desafio da poupança externa consiste em gerar crescimento económico que beneficie a maioria da população (algo que a estratégia actual de ancorar o crescimento na poupança externa parece não conseguir alcançar). O estudo da economia moçambicana com base na série de 57 anos, 1960-2017, confirma este facto ao mostrar Moçambique entre os países com rendimento *per capita* mais baixo do mundo (o quarto país mais pobre do mundo em 2000, na tabela 4), altos índices de pobreza e fraca cobertura dos sistemas de protecção social.

QUESTÕES DE REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA POUPANÇA

Para terminar, este artigo deixa algumas questões que merecem uma profunda reflexão, pois analisar os desafios da dependência na poupança externa, quer para a protecção social quer para o desenvolvimento económico, requer um entendimento claro das questões que

existem à volta da poupança. A lista destas questões começa desde o conceito, a definição e os determinantes da poupança até questões teóricas e empíricas sobre o seu papel e importância. A seguir aborda-se apenas as questões teóricas e conceptuais.

QUESTÕES TEÓRICAS

Por questões teóricas entenda-se as questões conjecturais, incluindo as hipóteses e pressupostos sobre a poupança que se encontram na literatura económica. Algumas destas questões, apresentadas em edições anteriores do *Desafios*, são: qual é o papel da poupança na economia? O que fazer para acelerar o crescimento económico; aumentar ou diminuir a poupança? É relevante distinguir e discriminar as fontes poupança? Se sim, qual das poupanças é crucial para o crescimento e desenvolvimento económico dos países? Ou ainda, por outras palavras, será que a poupança interna (ou mesmo a poupança externa) importa para o crescimento económico? Qual é a melhor fonte de recursos para o desenvolvimento económico: a poupança interna ou a poupança externa? Quais são os desafios de cada uma das opções (poupança interna ou externa)?

A maioria destas questões emerge porque a teoria económica não lhes dá uma resposta clara. Por um lado, a teoria económica, a dado momento, abre uma lacuna sobre o papel da poupança; por outro lado, deixa penumbras sobre a relevância da discriminação das fontes da poupança (neste caso, em poupança interna e externa). A primeira questão sobre o papel da poupança aparece no quadro da teoria keynesiana ao inverter o pressuposto clássico de que a poupança determina o investimento. Para Keynes (1936a), a poupança é um mero resíduo do rendimento e é determinada pelo investimento. Dito de outro modo, enquanto no quadro da teoria clássica, guiado pelo princípio de que a oferta cria a sua própria procura, é necessário ter poupança para que haja investimento e por seu intermédio vem o rendimento, na teoria keynesiana, guiada pelo princípio de procura efectiva, o investimento determina a poupança, isto é, é preciso primeiro investir e gerar rendimento que a poupança surgirá como resultado do rendimento ser superior ao consumo realizado (Arnold, 2008, pp. 203-206; Fine & Dimakou, 2016, pp. 46-85; Keynes, 1936b, Chapter 07; Snowdon & Vane, 2005, pp. 36-50). O argumento keynesiano é baseado no princípio de que se a totalidade (ou a maioria) dos agentes económicos decidir poupar e não gastar o seu rendimento através do consumo, a procura agregada diminui; assim, também diminui o incentivo para o investimento. A redução do investimento, resulta na redução do produto da economia.

A seguir ao debate entre as teorias de orientação clássica e keynesiana surgem os modelos de crescimento económico. Nos modelos baseados no princípio de que o crescimento económico depende da acumulação de capital, a poupança reaparece com um papel preponderante para o investimento e o crescimento económico. Por exemplo, no modelo de Harrod (1939) e Solow (1956), o pressuposto básico é o de que a poupança planeada é para o investimento. Portanto,

até certo ponto, altas taxas de poupança estariam associadas a altas taxas de investimento. No modelo de Harrod, a economia chega ao equilíbrio quando a poupança planeada é igual ao investimento planeado, e o mesmo acontece no modelo de Solow (Thirwall, 2006, pp. 130-160). Ainda no modelo de Solow, segundo Phelps (1961), a taxa ótima poupança é a que maximiza o consumo e que iguala produto marginal do capital de longo prazo à soma da taxa de crescimento da força de trabalho e da depreciação do *stock* do capital. A relação entre a taxa de poupança e de investimento e o crescimento económico altera-se nos modelos de crescimento endógeno (*e.g.*: Lucas, 1988; Romer, 1986, 1989), que incorporam outros elementos (*e.g.*: progresso tecnológico) que afectam a relação entre o produto, o investimento, a poupança e a força de trabalho. Mesmo assim, a poupança continua relevante, pois tem o papel de garantir recursos para o investimento.

A segunda questão que emerge tanto da teoria como dos modelos de crescimento económico reporta à distinção das fontes de poupança. Uma das fraquezas das teorias clássica e keynesiana, assim como da maioria dos modelos de crescimento económico (*e.g.*: Harrod, Solow), é o facto de assumirem economias fechadas. Ao tratarem a poupança de forma homogénea, os modelos económicos tornam difícil o discernimento do impacto que a origem da poupança tem sobre o crescimento económico.

QUESTÕES CONCEPTUAIS

Depois das questões teóricas seguem-se as conceptuais, que dizem respeito à designação, definição e concepção da poupança na literatura. Por exemplo, o *Desafios 2014* destacou a maneira decepcionante como a questão da poupança, no geral, é tratada na literatura moçambicana. Para o ilustrar, o artigo destaca a ambiguidade com que o estudo do Banco de Moçambique (BdM, 2014) sobre os determinantes da poupança em Moçambique apresenta o conceito de poupança. O BdM usa o termo «poupança nacional» em várias ocasiões. Em geral, não é possível extrair do artigo uma ideia única do que é «poupança nacional». Em alguns casos, o termo é sinónimo do agregado da poupança interna e da poupança externa, enquanto noutros significa apenas poupança interna ou doméstica, ou seja, aquela poupança que resulta da diferença entre a produção em Moçambique (medida pelo Produto Interno Bruto) e o consumo (o agregado de todas as despesas que não visam produzir outros bens). De um total de 517 vezes que o BdM usa o termo «poupança», em 366 não especifica a que tipo de poupança se refere (*i.e.*: interna ou externa).

A falta de clareza sobre o conceito de poupança não é exclusiva do estudo do Banco de Moçambique. O mesmo acontece no trabalho de Arnaldo (2008), cujo título sugere uma análise da poupança nos países em vias de desenvolvimento. Porém, quem no lê o texto fica convencido de que o trabalho é apenas sobre Moçambique. A ambiguidade com que este trabalho trata o conceito da poupança é evidente na medida em que o título, o problema

de pesquisa e os objectivos chamam a atenção do leitor para a poupança em Moçambique, que ao longo do trabalho é limitada à poupança interna, ignorando quase por completo a poupança externa; esta última, embora mencionada nas definições operacionais, não chega a ser abordada devidamente. Por exemplo, seria de esperar que o trabalho de Arnaldo abordasse e demonstrasse a evolução da poupança externa em Moçambique ou que a incluisse no modelo sobre os determinantes da poupança moçambicana.

Por último, ainda sobre questões conceptuais, juntam-se a esta lista autores que não reconhecem o papel da poupança na economia ou que, se o fazem, não lhe dão o destaque que merece e/ou adoptam, conscientemente ou não, uma postura contrária à poupança. Este tipo de abordagem verificou-se mesmo dentro do próprio IESE nos últimos 10 *Desafios*. Para ilustrar este ponto, a sexta edição do *Desafios* apresenta dois artigos deste género da autoria de Castel-Branco (2015a, 2015b). É simplesmente intrigante que nos dois artigos cuja retórica é o processo de acumulação capitalista o autor mencione apenas uma vez a palavra «poupança», quando, no primeiro (p. 146), usa o termo «poupança ociosa» para se referir aos depósitos em moeda externa que os bancos comerciais não podem rentabilizar dado que, por lei, não são autorizados a conceder empréstimos em moeda estrangeira. Mais intrigante do que isso é o facto de Castel-Branco se dedicar à crítica dos persistentes défices orçamental e comercial, do elevado influxo de capital estrangeiro e do investimento estrangeiro sem sequer fazer juízo de que estas são formas de poupança externa mobilizada para Moçambique devido à fragilidade da poupança interna.

A literatura moçambicana está repleta de estudos sobre a poupança externa que adoptam um estilo de falar da poupança externa sem reconhecer que ela existe. Como referido no princípio desta secção, provavelmente, isto aconteça por uma questão meramente conceptual (por exemplo: Bila, Sylvestre & Tivane, 2008; Falck, 2000; G.M.D, 2006; Massarongo, 2010; Massingue & Castel-Branco, 2008; Noronha, 2009).

REFERÊNCIAS

- Abad, A. (2014). *Mozal Aluminum Smelter*. Disponível em: <http://www.eib.org/attachments/complaints/2014-07-31-from-eib-cm-mozal-sg-e-2010-16-follow-up-report.pdf>
- Ali, R. (2013). «Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 211-237. Maputo:IESE
- Ali, R.; Ibraimo, Y.; Massarongo, F. & Massingue, N. (2014). «Grupos de poupança e crédito rurais como opção para a inclusão financeira: uma análise crítica». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 137-162. Maputo:IESE
- Al-Khalaqi, A.; Al-Abdullah, N. E.; Al-Hajri, K. & Demery, D. (2011). *Building an Effective Social Protection System: Low-Income Profiling and Income Distribution in Qatar*. Department of Social Development.
- Amarcy, S. (2012). «Opções de financiamento do investimento público: um olhar crítico sobre o PARP 2011-2014». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 221-230. Maputo:IESE
- Amarcy, S. & Massingue, N. (2011). «Desafios da expansão de serviços financeiros em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 185-205. Maputo:IESE
- AR, (Assembleia da República). (2007). *Lei n.º 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social)*.
- Arnaldo, P. (2008). *Poupança nos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique* (Tese). Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/1875>
- Arnold, R. A. (2008). *Macroeconomics*.
- Barreto, F. A. F. D. & Oliveira, L. G. S. de (2001). «Transição para regimes previdenciários de capitalização e seus efeitos Macroeconômicos de longo prazo no Brasil». In: *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 31(1), pp. 57-87.
- Barrientos, A. & Hinojosa, L. (2009). *A review of social protection in Latin America*.
- BdM, B. de M. (2014). *Determinantes da poupança em Moçambique*. Banco de Moçambique.
- Begawan, B. S. (2015). *Brunei Poverty*. Disponível em: <http://www.thepovertyline.net/brunei> (consultado a 13 de Junho de 2019).
- Bila, C. R.; Sylvestre, M. & Tivane, A. (2008). *O Impacto do Investimento Directo Estrangeiro e da Abertura Comercial no Crescimento Económico em Moçambique 1991-2006* (tese). Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/2086>

- Birdsall, N.; De la Torre, A. & Caicedo, F. V. (2010). «The Washington consensus : assessing a damaged brand», n.º WPS5316, pp. 1-43. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/848411468156560921/The-Washington-consensus-assessing-a-damaged-brand>
- Bresser-Pereira, L. C. (2008). «The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach». In: *Revista de Economia Política*, 28(1), pp. 47-71. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572008000100003>
- Bresser-Pereira, L. C. & Gala, P. (2009). «Why Foreign Savings Fail to Cause Growth». In: *International Journal of Political Economy*, 38(3), pp. 58-76.
- Bresser-Pereira, L. C., Gonzalez, L. & Lucinda, C. (2008). «Financial crises of the 1990s and current account deficits». In: *Nova Economia*, 18(3), pp. 327-357. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512008000300001>
- Brito, L. de. (2010). «O sistema eleitoral. Uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 17-29. Maputo:IESE
- Brito, L. de. (2011). «Revisão da legislação eleitoral. Algumas propostas para o debate». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 91-107. Maputo:IESE
- Brito, L. de. (2012). «Pobreza, “Parpas” e governação». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 25-42. Maputo:IESE
- Brito, L. de. (2013). «Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 23-37. Maputo:IESE
- Brito, L. de. (2014). «Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 23-39. Maputo:IESE
- Brito, L. de, Castel-Branco, C. N., Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.). (2010a). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo:IESE
- Brito, L. de, Castel-Branco, C. N., Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.). (2010b). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo:IESE
- Brito, L. de, Castel-Branco, C. N., Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.). (2010c). *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo:IESE
- Brouwer, R.; Brito, L. & Menete, Z. (2010). «Educação, formação profissional e poder». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 273-296. Maputo:IESE

- Brunner, J. K. (1996). «Transition from a pay-as-you-go to a fully funded pension system: The case of differing individuals and intragenerational fairness». In: *Journal of Public Economics*, 60(1), pp. 131-146. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0047-2727\(95\)01517-5](https://doi.org/10.1016/0047-2727(95)01517-5)
- Buendia, M. (2010). «Os desafios da leitura». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 257-271. Maputo:IESE
- Caldeira, A. (2018). «Governo propôs reestruturar as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM em nova dívida comercial com suaves prestações até 2023 e amortização global depois de 2028». Disponível em @Verdade Online: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/65247>
- Calvo, G. A. (1998). «Capital flows and capital-market crises: the simple economics of sudden stops». In: *Journal of Applied Economics*, 1, pp. 35-54.
- Calvo, G. A. (2007). «Crises in Emerging Market Economies: A Global Perspective». *Working Paper No. 11305*. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w11305>
- Calvo, G. A.; Leiderman, L. & Reinhart, C. M. (1993). «Capital inflows and real exchange rate appreciation in Latin America: The role of external factors». In: *Staff Papers, International Monetary Fund*, 40(1), 108-151. <https://doi.org/10.2307/3867379>
- Cambaza, V. (2010). «A terra no contexto do desenvolvimento da indústria mineira. pressões e conflitos em torno dos DUATs». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 217-228. Maputo:IESE
- Carrilho, J. & Lage, L. (2010). «Desafios no domínio da habitação». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 319-322). Maputo:IESE
- Cascais, A. (2018). «Mozambique's debt crisis: Who will pay the bill?». In: *DW.COM*. Disponível em: <https://www.dw.com/en/mozambiques-debt-crisis-who-will-pay-the-bill/a-45105639>
- Castel-Branco, C. N. (2011a). «Dependência de ajuda externa, acumulação e *ownership*. Contribuição para um debate de economia política». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 401-466. Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. (2011b). *Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão Crítica do Debate*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf
- Castel-Branco, C. N. (2012). «PARP 2011-2014: contradições, tensões e dilemas». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 105-115. Maputo:IESE

- Castel-Branco, C. N. (2013). «Reflectindo sobre acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 81-124. Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. (2015a). «“Capitalizando” o capitalismo doméstico: porosidade e acumulação primitiva do capital em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*, pp. 123-156). Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. (2015b). «Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma “bolha económica” em Moçambique?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*, pp. 157-199). Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. (2016). «Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*, pp. 143-176. Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. (2017). «Natureza da Crise Económica em Moçambique e Desafios para as Lutas Laborais». Apresentado n seminário *Posicionamento sindical no actual contexto de desenvolvimento económico e social em Moçambique*, Maputo. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.14506.52166>
- Castel-Branco, C. N.; Ali, R. & Massingue, N. (2010). «Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 183-216. Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. & Mandlate, O. (2012). «Da economia extractiva à diversidade da base produtiva: o que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 117-144. Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. & Ossemane, R. (2010). «Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 141-182. Maputo:IESE
- Castel-Branco, C. N. & Ossemane, R. (2012). «Política monetária e redução da pobreza em Moçambique: discussão crítica». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 185-201. Maputo:IESE
- Castel-Branco, R. K. (2013). «A formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo: desafios para o Estado e organizações laborais». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 307-330. Maputo:IESE

- Cavallo, E. A.; Eichengreen, B. & Panizza, U. (2016). «Can countries rely on foreign saving for investment and economic development?» *Working Papers*. Disponível em: <https://doi.org/10.18235/0000506>
- Chaimite, E. (2014). «Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acção colectiva em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 83-98. Maputo:IESE
- Chichava, S. (2010). «Moçambique na rota da China. Uma oportunidade para o desenvolvimento?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 337-351. Maputo:IESE
- Chichava, S. (2011). «As economias “emergentes” no sector agrícola moçambicano. Leituras, implicações e desafios». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 371-400. Maputo:IESE
- Chichava, S. (2012). «Investimento directo estrangeiro e o combate à pobreza em Moçambique: uma leitura a partir do investimento chinês na agricultura». In: *Desafios para Moçambique: Vol. 3. Desafios para Moçambique 2012*, pp. 411-426. Maputo:IESE
- Chichava, S. (2014). «Acumulação num contexto de lógicas e dinâmicas neo-patrimoniais. O caso da Arpone em Xai-Xai». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 413-425. Maputo:IESE
- Chichava, S.; Durán, J.; Shankland, A.; Buckley, L.; Lixia, T. & Yue, Z. (2013). «Discursos e Narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na Agricultura Moçambicana». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 417-438. Maputo:IESE
- Chichava, S. & Pohlmann, J. (2010). «Uma breve análise da imprensa moçambicana». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 127-138. Maputo:IESE
- Chichava, S., Durán, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Lixia, T. & Yue, Z. (2013). «Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura Moçambicana». In: *Desafios para Moçambique: Vol. 4. Desafios para Moçambique 2013*, pp. 417-438. Maputo:IESE
- CIA World Fact Book (2019). *Middle East United Arab Emirates – The World Factbook*. Disponível em https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_ae.html (consultado a 13 de Junho de 2019).
- CM (Conselho de Ministros) (2018). *Comunicado da 39.ª sessão do Conselho de Ministros*.
- Coelho, J. P. B. (2011). «SADC. Cooperação e segurança pública». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 355-370.

- Durán, J. & Chichava, S. (2013). «O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 397-414).
- Efraime, B. (2014). «Caminhos moçambicanos para a construção da democracia em Moçambique: notas de uma leitura psicanalítica». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 249-280.
- Falck, H. (2000). *Mozambique: Dutch Disease in Mozambique?* Disponível em: <http://www.sida.se/Publications/Import/pdf/sv/Mozambique---Dutch-Disease-in-Mozambique.pdf>.
- Feenstra, R. C.; Inklaar, R. & Timmer, M. (2015a). «The next generation of the Penn World Table». Disponível em: <http://www.rug.nl/research/ggdc/data/pwt/pwt-8.1>(consultado a 7 de Fevereiro de 2016).
- Feenstra, R. C.; Inklaar, R. & Timmer, M. P. (2013). *Penn World Table 8.0 [Data set]*. <https://doi.org/10.15141/s5159x>.
- Feenstra, R. C.; Inklaar, R. & Timmer, M. P. (2015b). «The Next Generation of the Penn World Table» (*Version forthcoming American Economic Review*). Disponível em: www.ggdc.net/pwt.
- Feenstra, R. C.; Inklaar, R. & Timmer, M. P. (2016). «The Next Generation of the Penn World Table». Disponível em <http://www.rug.nl/research/ggdc/data/pwt/pwt-8.1> (consultado a 7 de Fevereiro de 2016).
- Feenstra, R. C.; Inklaar, R. & Timmer, M. P. (2017). *Penn World Table 9.0 [Data set]*. <https://doi.org/10.15141/s5159x>.
- Feenstra, R. C.; Inklaar, R. & Timmer, M. P. (2019). *Penn World Table 9.1 [Data set]*. <https://doi.org/10.15141/s50t0r>.
- Ferreira, P. C. & Pessoa, S. de A. (2005). *The effects of longevity and distortions on education and retirement*. Fundação Getúlio Vargas.
- Fijamo, C. (2018). «Taxa de inflação baixou de 27 % para 7,5 % em um ano». Disponível em: <http://opais.sapo.mz/-taxa-de-inflacao-baixou-de-27-para-75-em-um-ano> (consultado a 1 de Abril de 2019).
- Filho, F. de H. B. & Pessoa, S. (2008). *Poupança, Envelhecimento e Crescimento*. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C8233258E653001259380F280769C>
- Fine, B. & Dimakou, O. (2016). *Macroeconomics: A Critical Companion*. Londres: Pluto Press.
- Forquilha, S. C. (2010). «Governança distrital no contexto das reformas de descentralização administrativa em Moçambique. Lógicas, dinâmicas e desafios». In: Brito, L. de;

- Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 31-49. Maputo:IESE
- Forquilha, S. C. (2013). «“Não basta introduzir reformas para se ter melhores serviços públicos”: subsídio para uma análise dos resultados das reformas no subsector de água rural em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 331-355. Maputo:IESE
- Forquilha, S. C. (2014). «Do discurso da “história de sucesso” às dinâmicas políticas internas: o desafio da transição política em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 61-82. Maputo:IESE
- Forquilha, S. C. & Orre, A. (2011). «“Transformações sem mudanças?” Os Conselhos Locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 35-53. Maputo:IESE
- Francisco, A. (2010). «Sociedade civil em Moçambique. Expectativas e desafios». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 51-106. Maputo:IESE
- Francisco, A. (2011). «Ter muitos filhos, principal forma de protecção social numa transição demográfica incipiente. O caso de Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 231-282. Maputo:IESE
- Francisco, A. (2012). «Política pública e intervencionismo: porque existe o PARP em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 259-294. Maputo:IESE
- Francisco, A. (2013). «“Acção social produtiva” em Moçambique: uma falsa solução para um problema real». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 357-393. Maputo:IESE
- Francisco, A. (2017). «“Gerontocrescimento” e envelhecimento populacional em África. In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017*, pp. 311-354. Maputo:IESE
- Francisco, A. (2019). «Protecção social nos livros *Desafios para Moçambique*: reflexão inspirada nos doze anos de pesquisa do IESE». In: *Desafios para Moçambique 2019*. Maputo: IESE.
- Francisco, A.; Ali, R. & Ibraimo, Y. (2011). «Protecção social financeira e demográfica. Desafios para uma segurança humana digna em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 283-331. Maputo:IESE

- Francisco, A. & Semedo, I. (2016). *Saldos Rolantes no Orçamento do Estado Moçambicano: Nyusi Encontrou Cofres Vazios?* Maputo:IESE
- Francisco, A. & Semedo, I. (2018). «Teste à vontade de consolidação fiscal orçamental em Moçambique. O problema da desorçamentação». In: Forquilha, S. C. (Ed.), *Desafios para Moçambique 2018*, pp. 165-204. Maputo:IESE
- Francisco, A. & Siúta, M. (2014a). «O Nascimento da poupança doméstica moçambicana: evidências e significado». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo:IESE
- Francisco, A. & Siúta, M. (2014b). «Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década Inédita. *Boletim Ideias*, n.º 63. Maputo:IESE
- Francisco, A. & Siúta, M. (2014c). «Poupança interna: Moçambique e os outros». *Boletim Ideias*, n.º 64p. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64p.pdf.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2015a). «Consumo agregado moçambicano: evolução e relevância estratégica». *Boletim Ideias*, n.º68. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2015b). Poupança externa num contexto de crescimento económico sem poupança interna. In: C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE. pp. 313-348.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2016). «Mozambican aggregate consumption and domestic saving: evolution and strategic relevance». In: *African Journal of Governance and Development*, 4(1), pp. 6-26.
- Francisco, A. & Siúta, M. (2017). *Diversidade de Estratégias de Crescimento Económico na CPLP*. Maputo: IESE.
- Francisco, A.; Siúta, M. & Semedo, I. (2016). «Estratégia de crescimento económico em Moçambique: desta vez é diferente?» In: Brito, L; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. Forquilha & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Francisco, A. & Sugahara, G. (2012). «Idosos em Moçambique: romper a conspiração do silêncio». In: *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 295-331. Maputo:IESE
- Francisco, A. & Sugahara, G. (2014). «Para além do espaço fiscal: a protecção Social no contexto da transição demográfica moçambicana». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE. pp.281-312.
- Frank, R. H. & Bernanke, B. S. (2009). *Princípios de Economia* (4.ª ed.). McGraw Hill Brasil.
- Frey, A. (2017). «Government says it is working on the payment of 13th month salary». Disponível em: <http://clubofmozambique.com/news/government-says-it-is-working-on-the-payment-of-13th-month-salary/> (consultado a 26 de Agosto de 2018).

- Ganho, A. S. (2013). «Agro-investimentos privados e seus reflexos na regulamentação fundiária e hídrica em dois regadios estatais em Gaza». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 281-303. Maputo:IESE
- Ganho, A. S. & Woodhouse, P. (2014). «Oportunidades e condicionalismos da agricultura no regadio do Chókwè». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 163-194. Maputo:IESE
- G.M.D. (2006). *Dívida Externa e Interna de Moçambique: Evolução, Desafios e Necessidade de uma Estratégia Consistente e Inclusiva*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/saber/fd_249.pdf
- Gonçalves, E. (2013). «O tempo das visitas da governação aberta em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 55-77. Maputo:IESE
- Gordon, R. J. (2000). *Macroeconomia*. Porto Alegre: Bookman.
- Gramlich, E. M. (2005). «The importance of raising national saving». Apresentado na Benjamin Rush Lecture, Dickinson College, Pennsylvania. Disponível em: https://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2005/20050302/default.htm#fig_1
- Hanlon, J. (2016). «Mozambique news reports & clippings». In: *The Open University*.
- Hanlon, J. (2017a). «Following the donor-designed path to Mozambique's US\$2.2 billion secret debt deal». In: *Third World Quarterly*, 38(3), pp. 753-770. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1241140>.
- Hanlon, J. (2017b). «Seguindo o caminho desenhado pelos doadores para lidar com a dívida secreta de \$2,2 bilhões de Moçambique». Apresentado no seminário *Desafios da investigação social e económica em tempos de crise*, Maputo.
- Harrod, R. F. (1939). «An essay in dynamic theory». In: *The Economic Journal*, 49(193), 14.
- Heston, A.; Summers, R. & Aten, B. (2008). *Data Appendix for a Space-Time System of National Accounts: Penn World Table 6.1 (PWT 6.1)* (No. Penn World Table Version 6.1, última revisão: 2/14/08). Disponível em: https://www.rug.nl/ggdc/docs/appendix_pwt_61.pdf.
- Heston, A.; Summers, R. & Aten, B. (2012). *Penn World Table Version 7.1*, Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania. Disponível em: https://pwt.sas.upenn.edu/php_site/pwt_index.php (consultado a 18 de Setembro de 2013).
- Honwana, A. (2014). «Juventude, *waithood* e protestos sociais em África». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 399-412. Maputo:IESEpublication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf

- Ibraimo, Y. (2012). «Reflexões sobre promoção de emprego e redução de pobreza no Plano de Acção para Redução de Pobreza (PARP 2011-2014): desafios para uma abordagem alternativa». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Ibraimo, Y. (2013). «Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 265-279. Maputo:IESE
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). (2014). *Estatísticas e Indicadores Sociais 2013-2014*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas). (2019). *Resultados Definitivos, Censo 2017, IV Recenseamento Geral da População*. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.
- INSS (Instituto Nacional de Segurança Social). (2017). *Relatório de Contas 2017*. Maputo: Instituto Nacional de Segurança Social.
- Keynes, J. M. (1936a). *General Theory of Employment , Interest and Money* (T. Griffith, Ed.). Wordsworth Classics of the World Literature.
- Keynes, J. M. (1936b). *The General Theory of Employment Interest and Money*. Londres: Macmillan.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2013). «Questões à volta de ligações a montante com a Mozal». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 175-210.
- Langa, E. & Massingue, N. C. (2014). «Indústria extractiva e desenvolvimento local: o papel da responsabilidade social empresarial». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 229-245. Maputo:IESE
- Langa, P. (2014). «Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 365-395. Maputo:IESE
- Lucas, R. J. (1988). «On the mechanics of economic development». In: *Journal of Monetary Economics*, 22(1), pp. 3-42.
- Macamo, E. (2014). «Cultura política e cidadania em Moçambique: uma relação conflituosa». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 41-60. Maputo:IESE
- Macuane, J. J. (2012). «Aprendizado de políticas públicas no contexto do PARP: abordagem baseada nas redes». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 59-88. Maputo:IESE

- Malthus, T. (1978). *An Essay on the Principle of Population*. Disponível em: <http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf>
- Manuel, S. (2011). «Políticas de HIV e SIDA e dinâmicas socioculturais em Moçambique. Notas para reflexão». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 333-351. Maputo:IESE
- Martínez, S. (2014). «Tiempo21 – Seguridad social en Venezuela, un antes y un después». Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140202164604/http://www.tiempo21.cu/index.php/el-mundo/9151-seguridad-social-en-venezuela-un-antes-y-un-despues> (consultado a 13 de Junho de 2019).
- Massarongo, F. (2010). *A Dívida Pública Interna Mobiliária em Moçambique (1999-2007): Evolução, Estrutura e Implicações Económicas*. Universidade Eduardo Mondlane. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/3660/1/Fernanda%20Ailina%20Pedro%20Massarongo.pdf>
- Massarongo, F. (2013). «Porque é que os bancos comerciais não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 149-173. Maputo:IESE
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). «Financiamento do Estado com recurso à dívida, problemas e desafios». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- Massingue, N. C. & Castel-Branco, C. N. (2008). *A Eficácia do Condicionamento da Ajuda Externa: O Caso das Privatizações em Moçambique, 1990-2000* (Tese de licenciatura). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane). Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/2093>
- Massingue, N. C. & Muianga, C. (2013). «Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 125-147. Maputo:IESE
- Mathers, N. & Slater, R. (2014). *Social Protection and Growth: Research synthesis*. Disponível em: <https://www.social-protection.org/gimi/RessourcePDF.action?ressource.ressourceId=54036>.
- Matos, N. & Mosca, J. (2010). «Desafios do ensino superior». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 297-318. Maputo:IESE
- MEF (Ministério da Economia e Finanças). (2017). *Conta Geral do Estado 2016*. Ministério da Economia e Finanças.

- Mitsubishi Corporation. (2015). *Integrated Report 2015*. Disponível em: <https://www.mitsubishicorp.com/jp/en/ir/library/ar/pdf/areport/2015/all.pdf>
- Monteiro, J. O. (2011). «Estado, descentralização e cidadania: equação possível ou imperativa?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 23-34. Maputo:IESE
- Mosca, J. & Selemane, T. (2012). «Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: O caso de Tete». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 231-255. Maputo:IESE
- MITESS (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social). (2015). *Boletim de Estatísticas de Trabalho 2015*. Maputo: Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social.
- Muianga, C. (2012). «Desafios de desenvolvimento da base produtiva: um olhar a partir do PARP 2011-2014». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 203-219. Maputo:IESE
- Mzumara, M. (2011). «Mozambique from Marxist-Leninist to Capitalism: Has the country performed well economically? In: *International Journal of Business Management and Economic Research*, 2(6), pp. 359-370.
- Nkusu, M. (2004). *Aid and the Dutch Disease in Low-Income Countries: Informed Diagnoses for Prudent Prognoses*. International Monetary Fund.
- Noronha, Â. (2009). *Os Determinantes Macroeconómicos do Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Noronha, J. & Brito, L. (2010). «Desafios da gestão municipal. De uma lógica administrativa e institucional para uma lógica de desenvolvimento organizacional e sustentabilidade». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 107-125. Maputo:IESE
- Nuvunga, A. (2013). «Política de eleições em Moçambique: as experiências de Angoche e Nicoadala». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A. (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013*, pp. 39-54. Maputo:IESE
- Nuvunga, A. & Mapisse, I. (2017). «SASOL will continue to milk Mozambique». Disponível em: https://cipmoz.org/images/Documentos/Industria_Extrativa/SASOL_will_continue_to_milk_Mozambique.pdf
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). (2012). *Performance of Pension Funds*. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/private-pensions/PensionMarketsIn:Focus2012.pdf>
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). (2011). *Social Security for Social Justice and a Fair Globalization*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

- O’Laughlin, B. (2012). «O desafio da saúde rural». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 333-371. Maputo:IESE
- Osman, A. M. (2010). «Financiar o desenvolvimento». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 229-239. Maputo:IESE
- Osman, A. M. & Saúte, N. (2010). «Moçambique no mundo. A competição subtil». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2010*, pp. 325-335. Maputo:IESE
- Ossemame, R. (2011). «Desafios de expansão das receitas fiscais em Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 133-160.
- Ossemame, R. (2012). «Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos minerais? Uma análise crítica da experiência». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 145-164. Maputo:IESE
- Oya, C. (2012). «Crise global, crescimento e desafios para Moçambique e sua estratégia de desenvolvimento». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 387-409. Maputo:IESE
- PAHO (*Pan American Health Organization*). (2012). *Cayman Islands*. Cayman Island: Pan American Health Organization.
- Pais, A. L. V. S. (2010). *A Protecção Social Pública na Velhice em Portugal: Evolução Histórica de 1919 a 2008* (Tese de Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Pereira, J. C. G. (2012). «A descentralização ajuda a reduzir a pobreza política em Moçambique?» In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 43-58. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf
- Pereira, P. (2013). «The concept of equality and well-being in Marx». In: *Revista Katálisis*, 16(1), pp. 37-46.
- Pérez-Niño, H. (2014a). «O caminho pela frente: desenvolvimento actual e perspectivas futuras do sector do transporte rodoviário de mercados em Moçambique: um estudo de caso no corredor da Beira». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 195-227. Maputo:IESE
- Pérez-Niño, H. (2014b). «O crescimento da cultura do tabaco em Moçambique: questões e desafios para um sector em transformação». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S.; Forquilha, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2014*, pp. 101-136. Maputo:IESE

- Phelps, E. (1961). «The Golden Rule of Accumulation: A Fable for Growthmen». In: *The American Economic Review*, 51(4), pp. 638-643.
- Phiri, M. Z. (2012). The political economy of Mozambique twenty years on: A post-conflict success story? *South African Journal of International Affairs*, 19(2), 223-245. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220461.2012.707791>
- Quive, S. (2009). *Sistemas Formais e Informais de Protecção Social Desenvolvimento em Moçambique*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoII/Sistemas_formais_e_informais_Samuel_Quive.pdf.
- Ribeiro, F. B. (2015). «Do esgotamento revolucionário à liberalização: o movimento sindical face às privatizações em Moçambique na década de 1990. In: *Caderno CRH*, 28(74), pp. 369-382.
- RisCura. (2019). *Africa's Pension Fund Assets*. Disponível em: <https://www.riscura.com/brightafrica2017/africas-institutional-investors/africa-pension-fund-assets/> (consultado a 14 de Junho de 2019).
- Romer, P. M. (1986). «Increasing returns and long-run growth». In: *Journal of Political Economy*, 94(5), pp. 1002-1037.
- Romer, P. M. (1989). «Endogenous technological change», *Working Paper No. 3210*. Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w3210>
- Rosário, D. do. (2011). «Descentralização em contexto de partido “dominante”. O caso do Município de Nacala Porto». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 55-90. Maputo:IESE
- Rosário, L. do. (2012). «Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique». In: Brito, L. de; Castel-Branco, C. N.; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2012*, pp. 89-101. Maputo:IESE
- Samuelson, P. & Nordhaus, W. (2010). *Economia* (19.^a ed.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Sande, Z. (2011). «7 Milhões». Revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva». In: Brito, L. de; Chichava, S. & Francisco, A (Eds.), *Desafios para Moçambique 2011*, pp. 207-228. Maputo:IESE
- Siúta, M. (2014). *Papel da Poupança Externa e seu Impacto no Crescimento Económico em Moçambique* (Tese de Licenciatura). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Siúta, M. (2018). *Problems and Challenges of Mozambique's Reliance on Foreign Assistance: Does Domestic Saving Matter for Economic Development?* (Tese de Mestrado) Londres: University of London, SOAS.
- Snowdon, B. & Vane, H. J. (2005). *Modern Macroeconomics: Its Origins, Development and Current State*. Cheltenham, Northampton, Mass.: Edward Elgar.
- Solow, R. M. (1956). «A Contribution to the Theory of Economic Growth». In: *The Quarterly Journal of Economics*, 70(1), p. 65.